



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Gabriele Neves de Oliveira

**Estudantes mães vinculadas à UFOP: elementos para o debate em torno da
permanência no ensino superior público.**

Mariana
2026

Gabriele Neves de Oliveira

Estudantes mães vinculadas à UFOP: elementos para o debate em torno da permanência no ensino superior público.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharela em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Kathiúça Bertollo

Mariana
2026

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

O48e Oliveira, Gabriele Neves De.
Estudantes mães vinculadas à UFOP [manuscrito]: elementos para o debate em torno da permanência no ensino superior público. / Gabriele Neves De Oliveira. Gabriele Neves De Oliveira. - 2026.
55 f.: il.: color., gráf., tab..

Orientadora: Profa. Dra. Kathiúça Bertollo.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Ensino superior - Pesquisa. 2. Estudantes - Programas de assistência. 3. Estudantes universitários. 4. Mães. I. Oliveira, Gabriele Neves De. II. Bertollo, Kathiúça. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU 378(815.1)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário CRB6 1407



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL



FOLHA DE APROVAÇÃO

Gabriele Neves de Oliveira

Estudantes mães vinculadas à UFOP: elementos para o debate em torno da permanência no ensino superior público.

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social

Aprovada em 15 de julho de 2027

Membros da banca

Doutora- Kathiúça Bertollo - Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)
Doutora- Adriana de Andrade Mesquita - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Doutora - Debora Cristina Lopez - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Mestra- Jéssica Lopes de Carvalho Lima - (Universidade Federal de São João Del Rei)

Kathiúça Bertollo, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 24/07/2026



Documento assinado eletronicamente por **Kathiúça Bertollo, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 24/07/2026, às 09:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1146608** e o código CRC **CB691653**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais e minha irmã, por todo o apoio, incentivo e compreensão durante os momentos de ausência, cansaço e dificuldades. Em especial a minha mãe Sandra, assumindo em muitos momentos, os cuidados com minha filha para que eu pudesse me dedicar aos estudos, ao estágio e à construção deste trabalho. Sua força tornou possível a realização deste sonho. Ao meu pai, que, com sua alegria, tornou mais leves os dias de cansaço e incertezas, sempre me incentivando a seguir em frente. À minha irmã, pelo carinho, pelos incentivos e pelos "puxões de orelha" que tantas vezes me ajudaram a manter o foco e acreditar que eu seria capaz de concluir esta caminhada.

À minha orientadora, Prof.^a Kathiúça Bertollo, por ter acreditado em mim desde o início desta caminhada. Obrigada por me mostrar que a universidade poderia ser um espaço de transformação e pertencimento. Com paciência você me ensinou a enxergar a formação acadêmica para além da sala de aula e me fez acreditar que eu era capaz de chegar até aqui, mesmo quando eu mesma duvidei. Sua orientação foi muito além deste trabalho; foi um incentivo constante ao meu crescimento pessoal, acadêmico e profissional.

À minha supervisora de estágio, Nívea Vieira Guerra, por todos os ensinamentos compartilhados ao longo dessa trajetória. Obrigada por ser uma profissional comprometida com a ética, a justiça social e a defesa dos direitos da população. Sua firmeza na condução do trabalho foram fonte de inspiração para minha formação como assistente social.

Ao Fernando, por todo o amor, incentivo e companheirismo. Obrigada por celebrar minhas conquistas e caminhar ao meu lado em cada etapa dessa trajetória.

A todas as estudantes mães que participaram desta pesquisa, minha profunda gratidão. Compartilhar suas experiências, desafios e vivências tornou possível compreender, para além dos números, a realidade enfrentada por mulheres que conciliam a maternidade com a vida universitária. Espero que este trabalho contribua, para fortalecer a luta por políticas de permanência mais justas e inclusivas.

À minha filha, minha maior motivação para a realização deste trabalho. Foi através da maternidade que passei a compreender, na prática, muitos dos desafios discutidos nesta pesquisa. Esta conquista é dedicada a você e será apenas o começo dessa trajetória na luta por uma sociedade mais justa para a classe trabalhadora.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) analisa como a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) pauta e oferece às estudantes mães subsídios para permanecerem no ensino superior público. A pesquisa parte da compreensão de que as políticas de assistência estudantil e projetos que visam garantir a permanência de estudantes mães na universidade desempenham papel importante e necessário, porém encontram limites de ordem orçamentária e operacional/institucional que devem ser superados a fim de garantir de forma mais ampla e efetiva a permanência deste público no seio universitário, sendo, portanto, imprescindível a reivindicação da perspectiva da universidade popular. Essa temática de estudo porta uma posição classista que expõe dilemas, mas também a força e resistência popular na reivindicação de um ensino superior público e de qualidade a fim de garantir que a mulher/estudante mãe pertencente a classe trabalhadora que está vinculada à universidade possa se manter neste espaço que historicamente é estruturado pela hegemonia burguesa e, portanto, ainda carece de alterações profundas e estruturantes. A investigação baseia-se em revisão bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo. Os resultados indicam que 96% das estudantes enfrentam dificuldades para conciliar maternidade e vida acadêmica, principalmente devido à sobrecarga doméstica, ausência de rede de apoio efetiva e desgaste físico e emocional. Embora 74% relatem algum apoio, este é limitado e predominantemente informal. Observa-se ainda baixo acesso às políticas institucionais, sendo que 89% não receberam informações sobre iniciativas voltadas à maternidade. A vulnerabilidade socioeconômica é expressiva, com predominância de baixa renda e inserção reduzida no mercado de trabalho formal. Destacam-se também impactos na saúde mental, como sobrecarga emocional, isolamento e dificuldades financeiras, além da falta de infraestrutura institucional adequada. Conclui-se que a permanência das estudantes mães na UFOP é comprometida por desigualdades estruturais e pela insuficiência de políticas de apoio. O estudo reforça a necessidade de ações institucionais mais efetivas, capazes de promover equidade, inclusão e melhores condições de permanência, contribuindo para a transformação social do ambiente universitário.

Palavras-chave: estudantes mães; permanência estudantil; ensino superior; universidade popular.

ABSTRACT

This undergraduate thesis analyzes how the Federal University of Ouro Preto (UFOP) prioritizes and provides subsidies for student mothers to remain in public higher education. The research is based on an understanding of student assistance policies and projects aimed at guaranteeing the permanence of student mothers at the university. These policies play an important and necessary role, but they encounter budgetary and operational/institutional limitations that must be overcome in order to more broadly and effectively guarantee the permanence of this group within the university. Therefore, advocating for a popular university perspective is essential. This study topic carries a class-based position that exposes dilemmas, but also the strength and resistance of the people in demanding quality public higher education in order to guarantee that working-class women/student mothers linked to the university can remain in this space, which is historically structured by bourgeois hegemony and therefore still requires profound and structural changes. The investigation is based on a bibliographic review, documentary research, and field research. The results indicate that 96% of students face difficulties in reconciling motherhood and academic life, mainly due to domestic overload, lack of an effective support network, and physical and emotional exhaustion. Although 74% report some support, it is limited and predominantly informal. Low access to institutional policies is also observed, with 89% not receiving information about initiatives focused on motherhood. Socioeconomic vulnerability is significant, with a predominance of low income and limited participation in the formal labor market. Impacts on mental health are also highlighted, such as emotional overload, isolation, and financial difficulties, in addition to a lack of adequate institutional infrastructure. It is concluded that the retention of student mothers at UFOP is compromised by structural inequalities and insufficient support policies. The study reinforces the need for more effective institutional actions capable of promoting equity, inclusion, and better retention conditions, contributing to the social transformation of the university environment.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1– Auxílio Financeiro Oferecido Por Outras Instituições.....	32
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Dificuldade de conciliação entre maternidade e estudos das estudantes mães da UFOP (2025–2026).....	40
Gráfico 2 – Responsável pelos cuidados domésticos entre as estudantes mães.....	41
Gráfico 3 – Existência e tipo de rede de apoio.....	42
Gráfico 4 – Acesso e conhecimento sobre políticas institucionais.....	43
Gráfico 5 – Renda familiar e situação de trabalho.....	44
Gráfico 6 – Impactos emocionais e sobrecarga.....	45
Gráfico 7 – Uso de espaços universitários com filho.....	46

LISTA DE SIGLAS

UFOP Universidade Federal de Ouro Preto
UFMG Universidade Federal de Minas Gerais
UFLA Universidade Federal de Lavras
UFJF Universidade Federal de Juiz de Fora
UFU Universidade Federal de Uberlândia
UFSJ Universidade Federal de São João del-Rei
UFSCar Universidade Federal de São Carlos
EMG Estudante Mãe da Graduação
EMPG Estudante Mãe da Pós-Graduação
EMPD Estudante Mãe do Doutorado
ManU Mães na Universidade
COPAE Conselho Permanente de Assistência Estudantil
RETEF Regime de exercícios domiciliares para concessão de frequência
PNAES Programa Nacional de Assistência Estudantil
CPAE Cadastro para Programas de Assistência Estudantil
DEEDU Departamento de Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
UNIVERSIDADE E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: NORMATIVAS NACIONAIS E O ATENDIMENTO OFERECIDO NA UFOP.....	13
1.1. A UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP) E SUA INSERÇÃO TERRITORIAL.....	21
1.2. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIA NO BRASIL E COMO ELA É OPERACIONALIZADA NA UFOP.....	23
2.1. APROXIMAÇÃO À REALIDADE DA UFOP A PARTIR DE DADOS INSTITUCIONAIS DA PRACE E PROGRAD.....	27
2.2. DANDO VOZ ÀS ESTUDANTES MÃES.....	36
2.3 A REALIDADE DA UFOP EM DIÁLOGO COM AS PROPOSIÇÕES DO GRUPO DE TRABALHO PERMANÊNCIA MATERNA.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	53

Introdução

Ao longo da história, as mulheres têm estado na linha de frente na luta por direitos, enfrentando desigualdades que não surgem por acaso, mas fazem parte da forma como a sociedade está organizada. No Brasil, quando se fala no acesso de mulheres-mães à universidade e, principalmente, em sua permanência, o debate ultrapassa a questão individual e revela problemas estruturais ligados à desigualdade social e de gênero. Discutir esse tema é, portanto, refletir sobre quem realmente consegue acessar e permanecer nos espaços de produção de conhecimento. A presente pesquisa tem como problema: Quais os subsídios que a instituição pauta e oferece para as estudantes mães permanecerem no ensino superior público?

Para abordar a questão central, a pesquisa focou na leitura, interpretação crítica do material documental e dos dados coletados através do questionário disponibilizado e divulgado via *site* da minha UFOP, *stories* no Instagram da Rádio UFOP distribuição de panfletos e colagem de cartazes, intentando alcançar as estudantes mães e compreender a sua realidade na instituição, e como objetivo geral delimitou-se: Analisar como a UFOP organiza e presta atendimento institucional às estudantes mães. Já os objetivos específicos são: 1. Refletir sobre a universidade, seus dilemas e desafios na cena contemporânea. 2. Explicitar acerca da assistência estudantil universitária e como ela é operacionalizada na UFOP dando ênfase ao atendimento ofertado às estudantes mães. 3. Elencar os serviços e atendimentos oferecidos às estudantes mães na UFOP a fim de explicitar um panorama da estrutura existente na instituição. 4. Identificar se o atendimento oferecido pela UFOP contribui para a permanência das estudantes mães na instituição. 5. Refletir acerca da perspectiva da universidade popular como um horizonte de inclusão efetiva da classe trabalhadora em suas múltiplas conformações, a exemplo das estudantes mães, no âmbito universitário.

As universidades brasileiras foram criadas tardiamente, a partir do século XIX, e desde o início não foram pensadas para todos. Pelo contrário, atendiam principalmente aos interesses dos homens das elites, formando profissionais para ocupar posições de poder e sustentar a organização social existente. Nesse contexto, o acesso ao ensino superior sempre foi restrito, refletindo uma sociedade marcada pela divisão de classes e por profundas desigualdades.

A presença das mulheres nesse espaço é resultado de muitas lutas e não de uma abertura natural das instituições. Somente na década de 1930 que mulheres brancas de classe média alta puderam ingressar nas universidades. Mesmo após conquistarem o direito de estudar, elas continuaram enfrentando barreiras que vão além da sala de aula, quando se trata de mulheres-mães, essas dificuldades se intensificam. Isso porque, além das exigências acadêmicas, recai sobre elas a responsabilidades com o cuidado dos filhos, da casa e da família.

Ainda hoje, ideias baseadas em uma lógica patriarcal reforçam a noção de que o lugar da mulher é no cuidado, o que dificulta sua presença em espaços como a universidade. Com isso, muitas das dificuldades enfrentadas pelas estudantes mães são tratadas como problemas individuais, quando, na verdade, fazem parte de um contexto muito mais amplo de desigualdade.

Nesse cenário, a permanência dessas estudantes no ensino superior se torna um grande desafio, especialmente diante da falta de políticas de Assistência Estudantil que atendam às suas necessidades reais. Este estudo analisa as condições que influenciam o acesso e a permanência de estudantes mães na graduação e pós-graduação. Para isso, identificou os principais desafios vivenciados por essas mulheres, e a importância de discutir políticas públicas mais efetivas e refletir sobre o papel do Estado na garantia de condições dignas para que possam continuar seus estudos.

A partir da relação entre mundo do trabalho, divisão sexual do trabalho e meio acadêmico, a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), considerando o perfil de estudantes mães, oferta alguns projetos e políticas estudantis que visam contribuir na permanência e conclusão do curso, seja de graduação ou de pós-graduação. Em meio às adversidades dessa realidade temos a maternidade como algo exclusivamente feminino, além disso, a monoparentalidade, a falta de uma rede de apoio, a sobrecarga física e psicológica, a falta de acesso e de compreensão sobre as diversas realidades maternas, são pontos que implicam diretamente no acolhimento ou não das estudantes mães no espaço universitário.

Na UFOP, como política de assistência estudantil tem-se o Regime de exercícios domiciliares para concessão de frequência (RETEF), que garante o direito a 180 dias de licença maternidade, a partir do oitavo mês de gestação para que a estudante possa continuar com as atividades escolares sob orientação dos professores durante esse período. Tal direito é

garantido na Resolução CEPE N° 3.070. Consta também como política de assistência estudantil, a Bolsa Maternidade, que é um repasse mensal financeiro à estudante mãe no valor de R\$250,00 que pode ser acumulado com as demais bolsas. Para se candidatar, a estudante deve estar regularmente matriculada em um dos cursos de graduação presencial da UFOP e estar na condição de cuidadora dos filhos, sendo necessário possuir avaliação socioeconômica vigente atualizada. Este auxílio é normatizado na Portaria PRACE UFOP de n. 114 e concedido o limite de apenas 120 bolsas, já incluídas as bolsas vigentes e já implementadas, sendo que a oferta da bolsa é condicionada ao rendimento acadêmico da aluna e, caso haja o trancamento do período ou venha a se desligar da UFOP perderá o direito à Bolsa Maternidade, ressalvados os casos regulamentares previstos.

Além disso, há projetos que visam atender as demandas da mulher, mãe e seus filhos, a exemplo do programa Maternidade e Universidade (ManU), que apoia e promove ações de acolhimento às estudantes mães dos cursos de graduação presencial. Dentre as ações são ofertadas Rodas de Conversa, relatos da trajetória pessoal e acadêmica das participantes na série intitulada ‘Mais que Mães’ e na série ‘Boas Práticas’, Lives, o Podcast ManU e o Espaço Brincar que inclui a presença das crianças em eventos da universidade. A partir de diálogos e de demandas surgidas na oferta deste projeto foi instituída pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (Prace), a medida que dá acesso para os filhos e filhas de estudantes mães da UFOP acessassem os restaurantes universitários, uma conquista recente do ano de 2022.

Nesse bojo múltiplo do meio universitário há o Coletivo Andorinhas: Rede de Mulheres da UFOP¹, que desenvolve políticas para mulheres em sua totalidade, não só dando enfoque às mães, mas atua de modo amplo a partir do recorte de gênero/mulher para contribuir na redução das assimetrias interseccionais de gênero e parentalidade na instituição.

As políticas e os projetos descritos são notórios e importantíssimos para as estudantes mães, mas não são o suficiente. É imprescindível uma transformação substancial e profunda do meio acadêmico/universitário, é preciso elaborar medidas que assegurem a equidade parental e de gênero de forma abrangente e eficaz. O ponto de partida consiste em compreender a comunidade acadêmica, identificar as estudantes mães que fazem parte desse grupo e ouvi-las cada vez mais, ampliando a rede de atendimento e serviços.

¹ Disponível em: <https://www.instagram.com/andorinhas.ufop/>. Acesso em: 06/03/2026

Entender e situar a mulher no seu processo educacional, na divisão do trabalho e contextualizar a universidade brasileira são pontos importantes para entender como a universidade popular deve superar os desafios impostos pela sociedade capitalista nesse meio, principalmente o da inclusão das mulheres estudantes mães que precisam de políticas de assistência estudantil amplas, o que requer uma adequação e reconfiguração das instituições para a sua permanência com seus filhos, elaboração de novas leis, projetos, que possam suprir suas necessidades específicas e, dessa forma, fomentar sua jornada durante a graduação.

Percebe-se que as mulheres-mães ainda ocupam um espaço reduzido no meio acadêmico, o que revela não apenas desigualdades de gênero, mas também de classe. Muitas vezes, a maternidade é vista como um obstáculo à vida acadêmica, como se fosse incompatível com a formação universitária. Essa visão contribui para deslegitimar a presença dessas mulheres e reforça situações de desvalorização, falta de apoio e até discriminação.

A lógica do capital molda a educação em uma sociedade marcada por desigualdades, na medida em que contribui para a manutenção das relações de poder. Ao reduzir o espaço para o questionamento, esse modelo dificulta a compreensão das contradições sociais e o desenvolvimento de uma postura crítica diante da realidade. Em contraposição, a perspectiva da educação e da universidade popular defende um processo formativo comprometido com a autonomia dos sujeitos e com a transformação social. Nessa abordagem, a universidade deve estimular a reflexão crítica e o entendimento das relações sociais, possibilitando que as mães compreendam seu papel na sociedade.

Uma universidade popular é tática para o projeto de emancipação humana, é a superação dos limites das formas da sociedade capitalista, é a universidade e a educação a partir do movimento da luta da classe trabalhadora para a construção de novas formas e conteúdos de se produzir e reproduzir a vida e, neste novo viver, desatar o nó que é síntese das determinantes que conjugam exploração/opressões (SOUZA *et al.*, 2021, p. 118-119).

Por isso, entender a estrutura e as políticas de assistência que a UFOP oferece para as estudantes mães é de extrema relevância, uma vez que é possível, cada vez mais, contribuir na melhoria do percurso da graduação, pós-graduação e sua finalização com excelência, além de despertar níveis de consciência de classe que tensionam as classes dominantes e a elite intelectual, e também, para despertar nas pessoas a compreensão das estruturas desiguais, contraditórias, patriarcais, misóginas e machistas da sociedade brasileira que impõem limites às estudantes mães, sendo, portanto, uma forma de compreender a realidade cotidiana

e reivindicar a perspectiva da universidade popular na construção de outra ordem societária.

Capítulo 1-Universidade e política de assistência estudantil: normativas nacionais e o atendimento oferecido na UFOP

O desenvolvimento da Universidade, ao longo dos últimos séculos, acompanha e responde à dinâmica do desenvolvimento capitalista, adaptando-se às necessidades das classes dominantes. Essa relação se manifesta diretamente na ligação da Universidade com o sistema produtivo, na geração de tecnologia e na formação de pessoal fortemente marcada pela ideologia dominante, reforçando a reprodução dessa hegemonia.

No Brasil, as universidades vieram transplantadas pelos portugueses em 1808 dentro do regime colonial com a vinda da família real e a transferência da corte portuguesa para o Brasil, elas foram implantadas como “escolas superiores” e “faculdades”. Nesse contexto foram criadas as primeiras instituições de ensino superior, voltadas principalmente para a formação dos quadros técnicos e administrativos necessários ao funcionamento do Estado. Esse processo deu origem aos cursos de Medicina, Engenharia Militar e Direito, consolidando um modelo de ensino superior destinado à formação das elites e fortemente influenciado pelos interesses políticos e econômicos da época (CUNHA, 2007).

Segundo Fernandes (1979) os modelos institucionais transplantados sofreram três tipos de empobrecimento estrutural funcional. O primeiro, ocorreu uma segmentação que privou os modelos transplantados de sua máxima eficácia devido a dispersão demográfica, imposições de uma sociedade de organização estamental de casta, atraso cultural imperante, uma política educacional estreita, estabilidade estrutural, como o trabalho escravo, as bases da estrutura oligárquica e dominação patrimonialista que se mantiveram intactas na nossa primeira república. A composição do corpo docente e discente constituído pelos “pequenos grupos” institucionalizados. Na educação metropolitana, as Cátedras e a estruturação por cursos monolíticos conferiam a essas unidades uma rigidez que só era suavizada pelos elementos extracurriculares do estilo de vida e da convivência universitária. Nesse contexto, a "faculdade" perdia seu papel corretivo e compensatório, sendo condenada a uma autossuficiência educacional e intelectual cortante.

No segundo, uma crise atingiu a universidade portuguesa no século XVIII, ela se envolveu com o dinamismo cultural e os processos políticos da sociedade inclusiva, sendo implantadas medidas de modernização e desenvolvimento pelo Marquês de Pombal, secretário de estado. Apesar dessa reforma em 1772, que permitiu a entrada do pensamento filosófico e da prática científica na universidade metropolitana, o dogmatismo religioso e a inclinação autoritária para o controle intelectual ainda restringiam sua capacidade de criação original, os conteúdos ainda eram absorvidos do exterior.

E como terceiro, as possibilidades de absorção da sociedade brasileira impuseram um empobrecimento funcional aos modelos institucionais importados, já que a população que poderia estar dentro da “escola superior” preferia fazer a faculdade no exterior e no Brasil a “escola superior” precisava formar um letrado com aptidões gerais com o mínimo de informações técnico-profissionais, para que tivessem habilidades de preencher papéis na burocracia, na estrutura de poder político e na esfera das profissões liberais.

A expansão tardia da escola superior isolada foi uma solução adotada, resultando em um processo intensivo de modernização controlada em grande escala, levando ao despojamento sistemático das funções das instituições escolares transplantadas, que poderiam facilitar processos permanentes e irreversíveis de autonomização cultural. O melhor exemplo é o Direito, mesmo no período de emancipação política e consolidação do Estado Nacional emergente ficamos presos ao Direito português e às instituições da era colonial.

A "escola superior" foi criada com o objetivo de atuar como um vínculo entre modernização e avanço cultural no exterior, concentrando suas atividades em uma polarização cultural dependente, ela estruturou e intensificou a transplantação cultural, reduzindo a conexão histórica entre Portugal, Europa e Brasil. Além disso, divorciou o enriquecimento gradual dos conteúdos do ensino superior do pensamento inventivo e da modernização cultural independente. Os interesses e necessidades sociais imediatista da coroa portuguesa e os estamentos senhoriais converteram a “escola superior” em uma rica e privilegiada escola de nível médio, tendo como função, através de ensino dogmático e magistral, preparar um letrado, mais ou menos apto para o exercício de profissões liberais, relacionadas à Medicina, Engenharia e ao Direito.

O modelo de ensino superior adotado no período não era suficiente para garantir uma formação profissional completa apenas no ambiente universitário. Dessa forma, os estudantes

necessitavam complementar sua aprendizagem por meio de experiências práticas e atividades acadêmicas externas, o que ampliava os custos e o tempo de formação. Em contrapartida, esse processo contribuía para o desenvolvimento da maturidade intelectual e da experiência prática dos bacharéis, preparando-os de maneira mais ampla para o exercício profissional.

A escola superior se fortalecia, ao mesmo tempo que seu padrão institucional se difundia e se convertia numa influência sociodinâmica inexorável. O drama do ensino superior brasileiro. A desagregação do regime escravista e senhorial quanto à formação do regime de classes se deram sem qualquer ruptura dos laços de dependência econômica e cultural em relação ao exterior, e assim manteve-se a conexão básica da escola superior como a transplantação de conhecimentos.

Os profissionais liberais diminuem sua importância dinâmica como fator sociocultural do pensamento inventivo e criador, sofreram os efeitos diretos da concentração urbana. Além disso, a desagregação dos sistemas escravista e senhorial não interferiu na alta concentração da renda, do prestígio social e do poder. Apenas os velhos privilégios se nivelaram socialmente, aos poucos, intensificando a gradual ascensão das classes médias em formação às profissões liberais e aos papéis intelectuais políticos, burocráticos ou técnicos que elas abriam. Assim, as transformações estruturais da sociedade global, associadas à transição para o século XX e a expansão do regime de classes, não repercutiram no antigo padrão de escola superior.

No momento em que deveriam entrar em crise, ele conheceu o clímax de sua influência histórica. É que se inicia então uma nova etapa de desenvolvimento de ensino de produção cultural. Nessa fase de transição desordenada em que a crise da escola superior tomou proporções irreversíveis, o velho padrão de ensino superior exerceria influências desorientadoras. Na medida em que a dependência do exterior se resumiu em novas bases, ele próprio não ficou totalmente condenado, revitalizou-se através da disseminação dos estabelecimentos de ensino superior e da formação da universidade conglomerada. Modificado e fortalecido pelo efeito acumulativo da solidariedade ativa, esse padrão de ensino praticamente renasceu, com o dinamismo sociocultural. O que importa assinalar, aqui, é que ele está na raiz das resistências aos movimentos de reforma universitária e da obstrução sistemática às tentativas mais íntegras de construção de uma universidade nova.

A incongruência, a imaturidade ou o oportunismo conduzem os defensores das soluções inovadoras e reformistas por caminhos que não levam, por si mesmos, à universidade nova. Cedem às confusões reinantes, quando deveriam efetuar uma revolução copernicana, que o meio não realizou. Teriam de pensar e de lutar pela universidade nova fora e acima do próprio contexto histórico-cultural, negando e repudiando, socialmente, as fórmulas de transição educacional ou política, decorrentes da presença invisível do velho padrão de ensino superior em todas as consciências.

Portanto, nem a escola superior tradicional nem a universidade conglomerada tinham forças para romper o imobilismo e as limitações dinâmicas do meio. Nasceram, ao contrário, para se adaptarem às exigências educacionais e culturais que se tornaram uma realidade histórica, como “má escola” e “universidade-problema”. Permitiam e estimulavam o crescimento dentro da ordem, mas esta ordem dinamizava-se, estrutural e historicamente, como a ordem econômica, social e cultural de uma sociedade de classes dependente.

Além disso, a expansão das instituições universitárias no país ocorreu sem uma ruptura efetiva com as estruturas sociais e econômicas herdadas do período escravista e oligárquico. Mesmo com a transição para uma sociedade de classes e com o avanço da urbanização e da industrialização ao longo do século XX, manteve-se uma forte dependência econômica e cultural em relação aos países centrais do capitalismo.

Nesse contexto, o ensino superior brasileiro consolidou-se a partir de modelos institucionais importados, reproduzindo conhecimentos e estruturas acadêmicas externas, muitas vezes distantes das necessidades concretas da sociedade brasileira. As escolas superiores passaram a exercer grande influência sociocultural, porém mantiveram um caráter elitista e restrito, voltado principalmente à formação de profissionais liberais destinados às classes economicamente privilegiadas.

Embora a desagregação do sistema escravista e senhorial tenha possibilitado certa ascensão das classes médias às profissões liberais e aos cargos técnicos e burocráticos, não houve alteração na concentração de renda, prestígio social e poder político. Dessa forma, o ensino superior permaneceu limitado em sua capacidade de promover transformações sociais mais amplas.

Além disso, as transformações estruturais ocorridas com a expansão do capitalismo e da sociedade de classes não foram suficientes para modificar profundamente o padrão

tradicional da escola superior brasileira. Ao contrário, esse modelo fortaleceu-se por meio da ampliação das instituições de ensino superior e da formação das chamadas “universidades conglomeradas”, caracterizadas pela reunião de faculdades isoladas em uma mesma estrutura institucional, sem necessariamente promover mudanças acadêmicas.

Essa permanência do modelo tradicional contribuiu para dificultar os processos de reforma universitária no Brasil. As tentativas de construção de uma universidade mais democrática, crítica e socialmente comprometida encontraram resistência nas próprias estruturas históricas do ensino superior brasileiro, marcadas pela dependência externa, pelo conservadorismo acadêmico e pela reprodução das desigualdades sociais.

Segundo SAFFIOTI (2011 apud Souza *et all*, 2021) no contexto de formação sócio-histórica brasileira, na gênese do período colonial , as mulheres foram socialmente impostas a cumprir 3 obrigações: constituir a força de trabalho; serem reprodutoras desse força de trabalho e prestar serviços sexuais aos homens que eram vitoriosos.

As mulheres que frequentavam as escolas, em sua maioria, eram da classe burguesa, brancas, tinham o ensino da leitura, escrita, matemática, educação cristã e algum instrumento, já as que vinham de uma base do proletariado tinham sua inserção dificultada porque exerciam outras tarefas, como o cuidado, o trabalho doméstico e no campo.

A criação da Universidade de São Paulo (USP), em 1934, representou um marco para o ensino superior brasileiro. Nesse contexto, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras foi concebida como o centro articulador da vida acadêmica e científica da instituição.

A criação da Faculdade de Filosofia foi, certamente, o marco histórico da entrada das mulheres na universidade. Se de um lado, as condições institucionais com a abertura de oportunidades para as professoras já em exercício de suas funções em regime de comissionamento foram definitivas nessa entrada expressiva de mulheres na universidade (BRUSCHINI, 1994, p. 91)

A presença feminina não significou, de imediato, igualdade de oportunidades dentro do ambiente acadêmico. As mulheres passaram a ocupar esse espaço em um contexto no qual as estruturas universitárias permaneciam organizadas a partir de padrões masculinos, limitando sua participação nas posições de maior prestígio e poder.

Conforme demonstra o capítulo analisado, a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo constituiu um importante espaço de formação intelectual para mulheres, mas

também evidenciou as dificuldades enfrentadas por elas na construção de uma carreira acadêmica. Ainda que muitas alunas apresentassem excelente desempenho e fossem incorporadas como auxiliares e assistentes, o acesso às cátedras e aos cargos superiores permanecia restrito.

Ao analisar esse contexto, a autora destaca que a presença feminina cresceu inicialmente nos níveis inferiores da carreira universitária, enquanto os espaços de maior reconhecimento continuavam predominantemente masculinos. Mesmo quando conquistavam formação equivalente à dos homens, as mulheres enfrentavam barreiras invisíveis relacionadas às relações de poder, aos padrões culturais e às expectativas sociais atribuídas ao gênero feminino. Como afirma Moreira Leite (1993), "as mulheres conseguem ingressar e ocupar as posições de nível inferior; são poucas as que atingem os postos hierarquicamente superiores".

Quando situamos as mulheres dentro da universidade, o cenário de ordem burguesa traz consigo em sua estrutura expressões da “questão social²”, podemos citar como exemplo o preconceito, racismo, sexismo, violência, exclusão social. Podemos dar ênfase, na situação das mulheres, em duas expressões que perpassam seu cotidiano: a desigualdade de gênero e raça no mercado de trabalho, pois ambos também refletem nos espaços sociais que elas ocupam, como a universidade.

A divisão sexual e social do trabalho orientada e organizada pela ideologia burguesa usa a classe, raça e gênero, como instrumentos de dominação e opressão sobre a classe trabalhadora, principalmente sobre as mulheres. De acordo com Manzano (2019) o conceito de classe trabalhadora envolve todos os seres humanos que façam atividades que podemos chamar de trabalho, nas estatísticas a população é dividida em ocupados e desocupados, segundo o IBGE os ocupados são: empregados domésticos, autônomos, empregadores, trabalhadores, auxiliares de família entre outros, porém também são considerados ocupados no Brasil quem a partir dos 14 anos de idade tenha trabalhado ao menos uma hora (1h) e foi remunerado, seja com dinheiro, moradia, alguma mercadoria ou que já tenha substituído algum trabalhador ou trabalhadores em períodos de afastamento.

²Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade

Disponível em: <https://wandersoncmagalhaes.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/07/livro-o-servico-social-na-contemporaneidade-marilda-iamamoto.pdf>

Portanto, a construção da ideia de mercado de trabalho no Brasil ainda se afirma como um instrumento de classe da ordem do capital que tergiversa sobre a exata definição da classe trabalhadora brasileira. (MANZANO.2019)

Pensando no contexto da luta de classes e na emancipação da mulher temos um acúmulo de lutas que reverberam para que o modo de produção capitalista seja superado, mas o papel social destinado a elas nesse sistema reforça os instrumentos de controle, suas dimensões maternais e de cuidado. A delimitação dos papéis sociais de homens e mulheres imposta no capital também é visto nas universidades, que passa a servir aos interesses da ordem burguesa com cursos mais técnicos, fragmentação do conhecimento e no aumento do exército de reservas em que os trabalhadores/as ficam à mercê de um contexto de precariedade, sendo subcontratados/as, terceirizados/as além do aumento de pessoas trabalhando informalmente.

Nesse contexto, torna-se relevante discutir o conceito de reprodução social, compreendido a partir de Marx, como o conjunto de mecanismos pelos quais as desigualdades e hierarquias sociais são mantidas e transmitidas entre gerações, seja na esfera pública ou privada. O conceito de reprodução social a partir das contribuições do feminismo marxista, diferentemente de abordagens que compreendem a reprodução social apenas como um mecanismo de manutenção das desigualdades, essa perspectiva enfatiza os processos necessários para a sustentação da vida cotidiana e para a continuidade das relações sociais. Ao discutir esse conceito, Arruzza (2024), retomando a formulação de Johanna Brenner e Barbara Laslett, destaca a distinção entre reprodução societal e reprodução social. Enquanto a primeira diz respeito à reprodução do conjunto das relações sociais que estruturam determinada sociedade, a segunda refere-se ao conjunto de atividades, instituições e relações voltadas à manutenção e à renovação da vida. Conforme afirmam Brenner e Laslett (1991, p. 314, *apud* ARRUZZA, 2024), a reprodução social corresponde ao "domínio mais específico da renovação e da manutenção da vida e das instituições e o trabalho necessário aí envolvido".

Essa definição amplia a compreensão do trabalho na esfera da reprodução social ao evidenciar que ele não se restringe ao cuidado familiar ou ao trabalho doméstico. Trata-se de um conjunto de atividades indispensáveis para garantir a existência e a reprodução da força de trabalho, incluindo o cuidado com crianças, idosos e pessoas dependentes, o preparo dos

alimentos, a limpeza dos espaços domésticos, o suporte emocional e outras tarefas para a manutenção da vida. Embora essenciais para o funcionamento da sociedade e da economia, essas atividades foram historicamente atribuídas às mulheres e naturalizadas como parte de suas responsabilidades, permanecendo invisibilizadas e desvalorizadas.

O reconhecimento dessa centralidade na vida das mulheres impulsiona importantes conquistas no campo da proteção social. No Brasil, a licença-maternidade e o salário-maternidade representam direitos historicamente conquistados pelas mulheres trabalhadoras, resultado de intensas mobilizações em defesa da proteção à maternidade e à primeira infância. Um dos primeiros marcos legais ocorreu com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), instituída pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943³, que passa a assegurar o afastamento remunerado da trabalhadora gestante. Posteriormente, com a Constituição Federal de 1988, a licença-maternidade foi ampliada para 120 dias, sem prejuízo do emprego e do salário, sendo reconhecida como um direito social fundamental. Já o salário-maternidade passa a ser regulamentado pela Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991,⁴ garantindo à segurada da Previdência Social a manutenção de sua renda durante o período de afastamento em razão do parto, adoção ou guarda para fins de adoção. Embora essas conquistas representem avanços na proteção à maternidade, elas não foram suficientes para romper com a lógica da divisão sexual do trabalho. O reconhecimento legal do direito ao afastamento temporário não altera a responsabilização histórica das mulheres com a família. Encerrado o período da licença, grande parte das mães precisa reorganizar a rotina familiar para retornar ao trabalho, recorrendo às redes familiares, às babás ou às creches particulares, uma vez que, em muitos municípios brasileiros, as creches públicas recebem crianças apenas a partir dos seis meses de idade, enquanto a licença-maternidade garantida à maioria das trabalhadoras tem duração de apenas 120 dias. Outra parcela das mulheres trabalhadoras de acordo com os dados da FGV⁵ cerca de 50% delas saem do emprego, de forma voluntária ou não, após um ano e meio do retorno da licença-maternidade. Outras mulheres pela falta de rede de apoio ou condições não conseguem retornar ao trabalho após o término da licença. Essa incompatibilidade evidencia que a proteção estatal tem limitações diante das necessidades concretas das mulheres e de seus filhos.

³Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5452-1-maio-1943-415500-publicacaooriginal-1-pe.html>

⁴Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213compilado.htm

⁵Disponível em:

https://movimentomulher360.com.br/wp-content/uploads/2023/02/AF_eBooksMM360_RetencaodeMulheres.pdf

1.1 A Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e sua inserção territorial

A Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) constitui-se como uma das principais instituições federais de ensino superior do Brasil, destacando-se por sua tradição histórica, produção acadêmica e compromisso social. Sua origem remonta à criação da Escola de Farmácia, em 1839, e da Escola de Minas, em 1876, ambas localizadas na cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais. A partir dessas instituições centenárias, foi fundada, em 1969, a Universidade Federal de Ouro Preto. (UFOP,2026)

Conforme informações disponíveis no *site* oficial da instituição, ao longo de sua trajetória de existência, a UFOP ampliou suas áreas de atuação acadêmica, incorporando novas unidades de ensino, como o Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), o Instituto de Filosofia, Artes e Cultura (IFAC), o Instituto de Ciências Exatas e Biológicas (ICEB), a Escola de Nutrição (ENUT), o Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), o Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas (ICEA) e o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) (UFOP, 2026).

A universidade possui estrutura multicampi distribuída entre os municípios de Ouro Preto, Mariana, João Monlevade e Ipatinga, cidades localizadas na região central de Minas Gerais, fortemente marcadas pela atividade mineradora. A inserção territorial da UFOP ocorre em uma região historicamente vinculada à exploração mineral desde o período colonial, especialmente pela extração de ouro e, posteriormente, de minério de ferro. Dessa forma, a universidade está inserida em um território profundamente influenciado pelas dinâmicas econômicas, sociais, ambientais e culturais da mineração.

Bertollo (2019) apresenta que, devido à alta quantidade de minério existente na região dos inconfidentes, Mariana MG também se tornou o campo de empresas extrativistas, mais especificamente a Vale S.A que extrai dali uma enorme riqueza, porém, ela é totalmente apropriada pela burguesia e a população que vive/trabalha na empresa sofre com várias inquietações diante dessas atividades exercidas como, dependência econômica, falta de oportunidade, preconceitos contra os imigrantes e a pobreza.

A indústria de transformação e a mineração têm papéis econômicos importantes na nossa sociedade. São importantes na geração de trabalho/emprego para as pessoas que estão ao redor/ no território, mas ao se mensurar os impactos sociais e ambientais causadas pela superexploração da força de trabalho, que se expressa no pagamento de baixos salários nessa

relação laboral percebe-se que esta atividade desencadeia um conjunto de violências e privações na vida do conjunto dos trabalhadores/as a ela vinculados/as. Por exemplo, são recorrentes as situações em que o/a trabalhador/a sofre e é acometido por vários problemas de saúde devido às muitas horas expostas a ambientes insalubres e falta de descanso. Além disso, os impactos ambientais provenientes das ações como a perda da biodiversidade, alteração da paisagem, poluição sonora, entre outras situações também desencadeiam adoecimentos na comunidade em geral.

Pode-se dizer que neste cenário laboral e econômico-produtivo, a jornada de trabalho desses/as empregados/as só é limitada por dois elementos: a limitação física da hora de trabalho e os limites morais (necessidades sociais e intelectuais), em suma, esta é uma realidade presente em vários âmbitos laborais desta sociedade capitalista em que o/a trabalhador/a está submetido/a à exploração da sua força de trabalho para gerar lucro ao capitalista e para ter condições de manter sua família.

“Pautado cotidianamente na destruição da natureza e na superexploração da força de trabalho, o contexto da mineração extrativista impõe duas marcas à história contemporânea: o rompimento-crime da barragem de Fundão de propriedade da mineradora Samarco S.A no dia 05 de novembro de 2015 em Mariana-MG e o rompimento-crime da barragem da Mina do Feijão de propriedade da mineradora Vale S.A no dia 25 de janeiro de 2019 em Brumadinho-MG” (BERTOLLO, 2019,p.9).

Esses rompimentos/crimes socioambientais demonstram o quanto o contexto da produção é voltado para o aumento da lucratividade do capital minerário, e a classe trabalhadora converte-se em sujeito atingido e afetado, não tendo seus interesses levados em consideração e respeitados.

A presença das grandes empresas mineradoras na região impacta diretamente o cotidiano da população local e, conseqüentemente, a realidade dos estudantes da UFOP. Muitos discentes são oriundos de famílias que dependem economicamente da mineração para sobreviver, seja de forma direta, por meio do trabalho nas mineradoras, seja indiretamente, em atividades relacionadas ao comércio e aos serviços vinculados ao setor mineral. Assim, as oscilações econômicas da mineração influenciam aspectos como renda familiar, permanência estudantil e condições de vida dos/as universitários/as.

Além dos impactos econômicos, a mineração também produz consequências sociais e ambientais para os estudantes e para a comunidade acadêmica. A intensificação da atividade mineradora contribui para problemas relacionados à degradação ambiental, poluição, aumento

do custo de vida e transformação das dinâmicas urbanas das cidades universitárias. Em municípios como Ouro Preto e Mariana, observa-se também a pressão sobre os serviços públicos, a mobilidade urbana e a habitação estudantil, fatores que interferem diretamente na experiência acadêmica e na permanência dos/as estudantes na universidade.

Nesse contexto, a UFOP também passou a desempenhar importante papel social e científico no debate sobre mineração, sustentabilidade e direitos das populações atingidas. A universidade desenvolve pesquisas, projetos de extensão e ações voltadas à análise dos impactos ambientais e sociais da mineração, além de promover discussões acadêmicas sobre desenvolvimento regional, justiça ambiental e responsabilidade social.

A relação entre universidade e território demonstra que a UFOP ultrapassa a função tradicional de formação profissional, constituindo-se como agente fundamental na produção de conhecimento crítico e na mediação das questões sociais presentes nesta que é uma região mineradora das mais importantes do país e do continente Latino-Americano. Assim, sua atuação evidencia a importância das universidades públicas no enfrentamento das desigualdades sociais e na construção de alternativas para o desenvolvimento regional sustentável. Obviamente, que essa relação é atravessada pela luta de classes que se expressa muito fortemente em contradições dentro da própria UFOP, nas relações institucionais entre seus próprios cursos, docentes e corpo discente no funcionamento de suas estruturas e em demais situações que precisam ser superadas para o alcance e materialização de uma perspectiva efetivamente popular de educação e universidade.

1.2 A Política de assistência estudantil universitária no Brasil e como ela é operacionalizada na UFOP

As permanências históricas do modelo tradicional de ensino superior brasileiro contribuíram para a manutenção de profundas desigualdades no acesso e, principalmente, na permanência universitária. Embora a expansão das universidades públicas e das políticas de democratização do ensino superior tenha possibilitado o ingresso de grupos historicamente excluídos, como estudantes das classes populares, mulheres, negros, as estruturas institucionais da universidade brasileira permaneceram marcadas por características elitistas e pouco adaptadas à diversidade social contemporânea.

Nesse contexto, a assistência estudantil passou a ocupar papel central nas discussões sobre democratização da educação superior. Historicamente, o ingresso nas universidades

brasileiras esteve restrito às elites econômicas, fazendo com que a permanência estudantil não fosse inicialmente compreendida como responsabilidade do Estado. As primeiras ações de assistência estudantil surgiram entre as décadas de 1930 e 1940, voltadas principalmente para alimentação, moradia e saúde dos estudantes, porém apresentavam caráter assistencialista e limitado.

Com a Constituição Federal de 1988 e o reconhecimento da educação como direito social, ampliaram-se os debates acerca da necessidade de políticas públicas voltadas à permanência universitária. A partir dos anos 2000, com a expansão das universidades federais, das políticas de ações afirmativas e da interiorização do ensino superior, tornou-se evidente a necessidade de garantir condições concretas de permanência aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Um importante marco nesse processo foi a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)⁶, instituído inicialmente pela Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, e posteriormente regulamentado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. O programa estabeleceu diretrizes para ações de assistência estudantil nas instituições federais de ensino superior, contemplando áreas como moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, apoio pedagógico e creche.

Mais recentemente, a Política Nacional de Assistência Estudantil foi fortalecida pela promulgação da Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024⁷, que instituiu oficialmente a Política Nacional de Assistência Estudantil no âmbito do Ministério da Educação. A legislação passou a reconhecer de forma mais ampla a assistência estudantil como política pública permanente, destinada à ampliação das condições de permanência e conclusão dos cursos por estudantes da educação superior pública federal. Entre os objetivos da lei destacam-se a democratização da permanência universitária e a redução das desigualdades sociais e regionais no ensino superior.

Historicamente, as universidades brasileiras foram organizadas para atender um perfil de estudante com disponibilidade integral para os estudos, desconsiderando as múltiplas responsabilidades assumidas pelas mulheres que conciliam maternidade, trabalho e vida acadêmica.

⁶Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm

⁷Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114914.htm

Nesse sentido, as estudantes mães enfrentam obstáculos relacionados à ausência de rede de apoio, dificuldades financeiras, sobrecarga do trabalho doméstico, cuidado com os filhos e incompatibilidade entre horários acadêmicos e maternidade. Além disso, muitas dessas mulheres vivenciam impactos emocionais e psicológicos decorrentes da dupla ou tripla jornada, fatores que influenciam diretamente seu desempenho acadêmico e sua permanência universitária.

Na Universidade Federal de Ouro Preto as políticas de assistência estudantil são desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE), órgão responsável pela implementação de programas voltados à permanência estudantil. As ações da PRACE incluem programas de moradia estudantil, auxílio alimentação, auxílio permanência, transporte, acompanhamento psicossocial, apoio pedagógico e assistência à saúde, buscando garantir condições adequadas para a continuidade da trajetória acadêmica dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica (UFOP,[s.d.]).

Além das ações gerais de assistência estudantil, a UFOP também desenvolve iniciativas voltadas ao acolhimento e acompanhamento estudantil, por meio de programas de orientação acadêmica, apoio psicossocial e incentivo à diversidade e convivência universitária. Essas ações têm como objetivo promover integração acadêmica, redução da evasão e fortalecimento das condições de permanência estudantil.

No caso específico das estudantes mães, a universidade passou a desenvolver, no ano de 2021, medidas mais direcionadas às demandas da maternidade universitária, como programas de auxílio financeiro e ações voltadas à permanência acadêmica. Como política de assistência estudantil se tem o Regime de exercícios domiciliares para concessão de frequência (RETEF), que dá o direito a 180 dias de licença maternidade, a partir do oitavo mês de gestação para que a estudante possa continuar com as atividades escolares sob orientação dos professores durante esse período.

Como projetos que visam atender as demandas da mulher, da estudante mãe e seus filhos, a PRACE/UFOP tem em vigência o projeto Maternidade e Universidade (ManU)⁸, um programa que apoia e promove ações de acolhimento às estudantes mães dos cursos de graduação presencial. Também ocorre a atuação do Coletivo Andorinhas: Rede de Mulheres da UFOP, que desenvolve políticas para mulheres em sua totalidade, não só dando enfoque às

⁸Disponível em: <https://prace.ufop.br/programa-de-apoio-maternidade-e-universidade-manu>

mães, mas também objetivando a redução das assimetrias interseccionais de gênero e parentalidade. Ambos os projetos são ofertados via Programa de Incentivo à Diversidade e Convivência (PIDIC), o ManU desde 2021, e o Andorinhas em 2022. O acesso dos filhos da comunidade acadêmica ao Restaurante universitário como projeto de atendimento da UFOP do ano de 2022.

Um importante avanço recente nesse debate ocorreu em 2026, quando o Governo Federal, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculada ao Ministério da Educação (MEC), instituiu o Programa Aurora, por meio da Portaria CAPES nº 129⁹, de 25 de março de 2026. A iniciativa representa o reconhecimento de que a maternidade interfere diretamente na trajetória acadêmica das mulheres, especialmente na pós-graduação, etapa marcada por intensas demandas de pesquisa, produção científica e formação profissional. Ao criar uma política voltada para esse público, o Estado reconhece que garantir o acesso à educação não é suficiente; é necessário criar condições para que as mulheres possam permanecer na universidade e desenvolver suas atividades acadêmicas sem que a maternidade se transforme em mais um fator de exclusão.

As políticas e os projetos descritos são notórios para as mães estudantes, mas a realidade e o cotidiano universitário das estudantes mães que participaram da coleta de dados empíricos para este estudo comprovam que não são o suficiente. É imprescindível uma transformação substancial e profunda, é preciso elaborar medidas que assegurem a equidade parental e de gênero de forma abrangente e efetiva. Para tanto, o ponto de partida consiste em compreender a comunidade acadêmica, identificar as mães que fazem parte desse grupo e ouvi-las.

Entender e situar a mulher no seu processo educacional, na divisão do trabalho e contextualizar a universidade brasileira são pontos importantes para entender como a universidade popular pode e deve superar os desafios impostos pela sociedade capitalista nesse meio institucional e formativo, principalmente o da inclusão das mulheres mães estudantes que precisa de políticas de assistência estudantil, adaptação das instituições para a sua permanência com seus filhos, elaboração de novas leis, projetos, que possam suprir suas necessidades específicas e, dessa forma, fomentar sua jornada durante a graduação e a pós-graduação.

⁹Disponível em: <https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=20190#anchor>

2.1 Aproximação à realidade da UFOP a partir de dados institucionais da PRACE e PROGRAD.

As discussões apresentadas até este momento evidenciaram que a permanência das mulheres no ensino superior, especialmente daquelas que vivenciam a maternidade durante a graduação, está diretamente relacionada às desigualdades de gênero e à distribuição social do trabalho de cuidado. Embora o acesso das mulheres às universidades represente uma importante conquista histórica, a permanência estudantil ainda é atravessada por desafios que ultrapassam o âmbito individual e exigem respostas institucionais e coletivas.

Nesse contexto, torna-se relevante compreender como essas questões se manifestam na UFOP. Para isso, este capítulo busca apresentar um panorama das ações desenvolvidas pela instituição voltadas às estudantes mães, tomando como base os dados institucionais disponibilizados pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE) e pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). A análise desses dados permite aproximar a discussão teórica à realidade vivenciada na universidade, identificando tanto os avanços nas políticas de permanência quanto os desafios que ainda permanecem.

Serão apresentados dados referentes aos programas, projetos e ações promovidos pela PRACE, como o Projeto MANU, O Coletivo Andorinhas: Rede de Mulheres da UFOP, as atividades, os canais de comunicação destinados às estudantes, além de informações sobre a Bolsa Maternidade, o acesso de filhos(as) de estudantes ao Restaurante Universitário, banheiros com fraldários, Espaço Cuidar. Também serão analisadas informações fornecidas pela PROGRAD acerca do Regime Especial de Trabalho Estudantil Flexível (RETEF), buscando compreender de que forma essas iniciativas contribuem para a permanência das mães universitárias na UFOP.

Entre as iniciativas desenvolvidas pela Universidade Federal de Ouro Preto voltadas à promoção da equidade de gênero e ao fortalecimento da permanência das mulheres na instituição, destaca-se o Coletivo Andorinhas: Rede de Mulheres da UFOP, criado em 2022, coordenado pela professora Gabriela Souza, do Departamento de Ciências Biológicas (Debio). Trata-se de um coletivo composto por docentes, técnicas administrativas, estudantes e trabalhadoras terceirizadas, reunindo diferentes segmentos da comunidade universitária com

o propósito de discutir e propor ações voltadas à redução das desigualdades de gênero e parentalidade no âmbito da universidade.

De acordo com o Regimento do Coletivo Andorinhas (UFOP, 2022), a atuação da rede é orientada por princípios como a democracia, a igualdade de gênero e parentalidade, o respeito aos direitos humanos, o acolhimento à diversidade e o enfrentamento às diferentes formas de violência e discriminação de gênero. Esses princípios evidenciam o compromisso da universidade com a construção de um ambiente acadêmico mais inclusivo e atento às diferentes realidades vivenciadas pelas mulheres.

Entre seus principais objetivos, destacam-se a elaboração de políticas de apoio às estudantes, servidoras e trabalhadoras terceirizadas que são mães, o incentivo à participação de meninas e mulheres na ciência, o fortalecimento da representatividade feminina nos espaços de decisão da universidade e a proposição de ações voltadas à promoção da igualdade de gênero. Dessa forma, o coletivo atua como um espaço de articulação contribuindo para que as demandas relacionadas à maternidade, ao cuidado e às desigualdades de gênero sejam incorporadas ao planejamento e às políticas desenvolvidas pela UFOP.

A composição do Coletivo Andorinhas também demonstra a preocupação com a representatividade da comunidade universitária, reunindo integrantes dos diferentes campi e categorias profissionais da instituição. Essa organização favorece a construção de um diálogo coletivo sobre as condições de permanência das mulheres na universidade, permitindo que experiências e necessidades distintas sejam consideradas na formulação de propostas e ações institucionais fortalecendo a construção de políticas que contribuem para reduzir barreiras historicamente enfrentadas pelas mulheres no ensino superior, aproximando a universidade das demandas relacionadas ao cuidado, à permanência estudantil na graduação, pós graduação e ao direito à educação.

Pensando nas iniciativas do coletivo, recentemente, foi inaugurado o Espaço Cuidar¹⁰: Amamentação e Brinquedoteca no campus Morro do Cruzeiro em Ouro Preto, em parceria com o Departamento de Engenharia de Minas (Demin), o programa MANU e o projeto Direitos do Consumidor e Alimentação Infantil (Diram). O Espaço foi concebido com o

¹⁰Disponível em: <https://ufop.br/noticias/saude-e-bem-estar/ufop-inaugura-espaco-cuidar-para-acolhimento-amamentacao-e-brinquedoteca>

objetivo de oferecer um ambiente destinado à amamentação, ao cuidado e ao acolhimento de crianças que acompanham seus responsáveis durante a permanência na universidade.

O acesso ao Espaço Cuidar é destinado à comunidade universitária que necessite utilizar o ambiente para atividades relacionadas ao cuidado de crianças. Para fins de acompanhamento e organização, a utilização do espaço é registrada por meio de um livro de controle, no qual os usuários informam seus dados e registram a utilização do ambiente. Esse procedimento permite à universidade acompanhar a demanda pelo serviço e produzir informações que poderão subsidiar o planejamento de futuras ações voltadas às estudantes mães e demais responsáveis.

No campus da UFOP na cidade de Mariana, a implantação do Espaço Cuidar nos Institutos enfrenta dificuldades. Diante dessa realidade, estudantes mães, servidoras e integrantes do Coletivo Andorinhas organizaram um ato em defesa da implantação do Espaço Cuidar nos Institutos de Ciências Humanas e Sociais (ICHS)¹¹ e de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), no dia 28 de maio.



Foto: André Medeiros

¹¹Disponível

em: <https://www.jornalfontezeroop.com/post/m%C3%A3es-universit%C3%A1rias-realizam-ato-em-mariana-por-condi%C3%A7%C3%B5es-dignas-de-perman%C3%Aancia-na-ufop>



Foto: André Medeiros



Foto: André Medeiros

A mobilização reivindicava a isonomia no acesso às políticas de permanência, destacando que as demandas relacionadas à maternidade não estão concentradas em um único campus, mas fazem parte da realidade de toda a comunidade universitária. As participantes reivindicavam a utilização de uma sala de amamentação no ICHS que está pronta desde setembro de 2025, no entanto, as manifestantes apontam que sua localização, no interior de um laboratório do Departamento de Educação (DEEDU), limita o acesso e o uso do espaço, dificultando sua utilização de forma livre e adequada pelas mães da comunidade acadêmica.

No ICSA ainda é necessário que seja disponibilizada uma sala ou espaço para que seja feita a implementação desde local de atendimento e uso para as estudantes mães e seus filhos/as.

Esse movimento demonstrou que muitas das políticas voltadas às mães universitárias são resultado da organização e da mobilização da própria comunidade acadêmica. Mais do que reivindicar um espaço físico, o ato chamou a atenção para a importância de ampliar as políticas de permanência de forma igualitária entre os *campi* da UFOP, reconhecendo que o direito à educação também passa pela criação de condições concretas para que as estudantes possam conciliar a maternidade com a vida universitária.

Outro avanço importante na UFOP ao que se refere ao fortalecimento das políticas voltadas às estudantes mães, foi a criação do Programa de Apoio e Acolhimento à Maternidade e Universidade (ManU), instituído pela Resolução CUNI nº 2.517, de 28 de setembro de 2022. O programa representa um marco nas políticas de assistência estudantil da instituição ao reconhecer que a maternidade pode constituir um fator de vulnerabilidade e impactar diretamente a permanência e a conclusão dos cursos de graduação.

A criação do ManU não ocorreu de forma isolada, mas foi resultado de um conjunto de iniciativas e discussões desenvolvidas no âmbito da universidade. Conforme estabelece a resolução, sua implementação foi fundamentada nas diretrizes do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), nas demandas apresentadas pelo Coletivo Andorinhas – Rede de Mulheres da UFOP, na proposta aprovada pelo Conselho Permanente de Assistência Estudantil (COPAE) e, principalmente, nos resultados da pesquisa sobre o perfil socioeconômico e cultural das estudantes mães da graduação presencial da UFOP, realizada pelo próprio Projeto ManU em 2021. Esses elementos evidenciam que a criação do programa respondeu a necessidades concretas identificadas entre as estudantes da instituição.

O ManU tem como coordenadora a Assistente Social Camélia Penna, que atua na PRACE/UFOP desde 2011. A principal finalidade do projeto é promover ações de apoio e acolhimento às estudantes mães, buscando reduzir os impactos da maternidade sobre a trajetória acadêmica. Entre seus objetivos estão a prevenção da evasão universitária decorrente das responsabilidades relacionadas ao cuidado dos filhos, o enfrentamento das desigualdades de gênero associadas à parentalidade e o fortalecimento das condições de permanência dessas estudantes durante a graduação. Para isso, o programa prevê, rodas de

conversas em torno do tema, um podcast aberto no Spotify chamado “ManU Podcast” composto por 10 episódios, canal no Youtube com *lives* gravadas e vídeos postados.

Destaca-se como uma outra importante ação da universidade, a concessão da Bolsa Maternidade, criada em 2021 e que se configura como um benefício financiado com recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil e que objetiva contribuir para que as estudantes conciliem a maternidade com a continuidade dos estudos. De acordo com o *Atlas da Permanência Materna*¹², diferentes instituições vêm implementando políticas específicas voltadas às estudantes com filhos, principalmente por meio da concessão de auxílios financeiros destinados ao cuidado infantil. O valor pago é de R\$250,00, independentemente da quantidade de filhos. No ano 2021 já atendeu 239 alunas e atualmente (2026) temos o número 60 bolsas ativas, sendo o limite de 120 bolsas simultâneas. Enquanto a UFOP oferece esse valor, outras universidades possuem:

Tabela 1- Auxílio financeiro ofertado por outras instituições

Universidade	Política
UFOP	Bolsa maternidade (R\$250)
UFMG	Auxílio Estudantes com Filhos (R\$400)
UFLA	Auxílio Creche (R\$600,12)
UFJF	Auxílio Creche (R\$420)
UFU	Auxílio Creche (R\$450)
UFSJ	Auxílio Creche (R\$500)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Abreu e Moura (2025).

Observa-se que o valor do benefício ofertado na UFOP é inferior ao praticado por diversas universidades federais mineiras, indicando possibilidades de ampliação da política institucional. Podem concorrer à esta modalidade de bolsa na UFOP as estudantes que sejam mães, exerçam a função de cuidadoras e estejam classificadas pela PRACE nas categorias

¹²Disponível em: https://www.nucleomaterna.org/_files/ugd/e7c51b_67ab05a9f70643abb013249bb2ef2acb.pdf

socioeconômicas A, B, C ou D, bem como aquelas que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas e que tenham filhos até 15 anos completos. As estudantes contempladas pelo benefício passam a ser acompanhadas pelo Programa Caminhar,¹³ desenvolvido pela PRACE, que oferece suporte durante sua trajetória acadêmica.

O acesso à Bolsa Maternidade ocorre mediante inscrição realizada na plataforma “Minha UFOP”, por meio do Cadastro para Programas de Assistência Estudantil (CPAE). Um aspecto relevante é que a regulamentação do programa permite o acúmulo da Bolsa Maternidade com outras modalidades de bolsas acadêmicas e de assistência estudantil, reconhecendo que as demandas vivenciadas pelas estudantes mães não se encerram em uma única política e/ou modalidade de apoio.

Entre as ações desenvolvidas pelo ManU, destaca-se o Espaço Brincar, iniciativa criada para acolher os filhos das estudantes durante atividades acadêmicas específicas, contribuindo para que as mães possam participar de eventos, reuniões, cursos e outras atividades promovidas pela universidade. Mais do que um espaço destinado ao lazer infantil, o Espaço Brincar representa uma estratégia de apoio à permanência estudantil, ao reconhecer que as responsabilidades relacionadas ao cuidado dos filhos podem limitar a participação das estudantes na vida acadêmica.

Embora o Espaço Brincar represente uma iniciativa importante no reconhecimento das demandas das estudantes mães, sua oferta está condicionada à realização de eventos específicos da universidade e depende de solicitação prévia dos responsáveis. Essa característica limita o alcance da ação, uma vez que as necessidades de cuidado vivenciadas pelas estudantes não se restringem a momentos pontuais, mas fazem parte do cotidiano da vida universitária.

Apartir dos diálogos e de demandas apresentadas nas rodas de conversa do programa é que o direito de acesso ao Restaurante Universitário por filhos e filhas de estudantes, quando acompanhados dos responsáveis, passou a ser possível e permitido na UFOP desde o ano de 2022. Essa medida representou um avanço ao reconhecer as necessidades de permanecer com seus filhos durante a rotina acadêmica, garantindo um espaço onde possam realizar suas refeições sem a necessidade de se afastarem da universidade, não só das estudantes como dos/as servidores/as, técnicos-administrativos/as, docentes e terceirizados/as.

¹³Disponível em:

<https://prace.ufop.br/assistencia-estudantil/orientacao-estudantil/programa-de-acompanhamento-academico>

Entretanto, a forma como essa política é operacionalizada ainda apresenta severas limitações, uma vez que, crianças pequenas utilizam a mesma bandeja da estudante responsável, não havendo a disponibilização de uma refeição individual gratuita. Caso a criança necessite de uma bandeja própria, é cobrado 50% valor correspondente à refeição. Além disso, o Restaurante Universitário não dispõe de cadeiras apropriadas para crianças pequenas, o que pode dificultar a realização das refeições por estudantes que frequentam o espaço acompanhadas de filhos em idade de primeira infância.

A UFOP também estabeleceu um procedimento específico para o cadastramento dos filhos, sendo realizado mediante solicitação do/a responsável por e-mail que deve ser encaminhado à Coordenadoria dos Restaurantes Universitários com a documentação exigida para comprovação do vínculo institucional e da filiação da criança. Após a análise da documentação, sendo o pedido aprovado, é emitida uma carteira institucional que possibilita o acesso da criança ao RU.

Analizando a infraestrutura da UFOP, além do acesso aos dependentes no RU, a instituição também possui banheiros com fraldários, possibilitando que os cuidados básicos com os filhos sejam realizados de forma adequada, mas o fraldário não está em todos os banheiros da instituição, apenas em alguns.

A criação do ManU representou um importante avanço no reconhecimento das especificidades vivenciadas pelas mães universitárias. Ao institucionalizar ações voltadas para esse público, a UFOP reconhece que as dificuldades enfrentadas por essas estudantes não são exclusivamente individuais, mas estão relacionadas às desigualdades de gênero e às responsabilidades de cuidado que ainda recaem, de forma predominante, sobre as mulheres. Nesse sentido, o programa aproxima a política de assistência estudantil das demandas concretas apresentadas pelas estudantes mães, contribuindo para a construção de condições mais efetivas de permanência e conclusão da graduação.

A análise do processo de criação do Programa ManU evidencia que essa política institucional não surgiu de forma isolada ou apenas por iniciativa administrativa da universidade. Sua implementação foi precedida pela produção de conhecimento sobre a realidade das estudantes mães, por meio da pesquisa realizada em 2021, pelas demandas apresentadas pelo Coletivo Andorinhas e pelas discussões desenvolvidas no âmbito do COPAE.

O Regime Especial de Trabalho Escolar e Frequência (RETEF), regulamentado pela Resolução CONGRAD nº 250, constitui uma importante política acadêmica da PROGRAD/UFOP voltada à garantia da permanência dos estudantes que, por motivos específicos, encontram-se temporariamente impossibilitados de frequentar as atividades presenciais da graduação. O regime consiste na substituição da frequência às aulas pela realização de atividades acadêmicas domiciliares, definidas pelos docentes responsáveis pelas disciplinas, desde que sua natureza permita essa modalidade de acompanhamento.

No que se refere às estudantes mães, a nova regulamentação representa um avanço ao prever expressamente a concessão do RETEF por motivo de licença-maternidade, permitindo o afastamento das atividades presenciais por até 180 dias, contados a partir da 32ª semana de gestação ou do nascimento da criança, conforme solicitação da estudante. A resolução também contempla situações relacionadas à adoção materna, à paternidade, à adoção paterna e aos casos em que o estudante necessite acompanhar filho ou enteado menor de idade em razão de doença, ampliando a proteção às diferentes configurações familiares e às responsabilidades parentais.

Para solicitar o regime, a estudante deve protocolar o pedido junto à Seção de Ensino de sua unidade acadêmica, apresentando a documentação exigida pela regulamentação, como laudo ou atestado médico, quando aplicável. Após a aprovação, os docentes elaboram atividades acadêmicas que substituem a frequência presencial, respeitando as especificidades de cada disciplina. Entretanto, o RETEF não se aplica aos estágios, às disciplinas exclusivamente práticas ou aos componentes curriculares incompatíveis com a realização de atividades domiciliares.

A atualização da regulamentação do RETEF evidencia o reconhecimento institucional de que ampliar as hipóteses de concessão do regime e contemplar situações como licença-maternidade, adoção e cuidado de filhos, a UFOP fortalece uma política voltada à permanência estudantil e ao direito à continuidade dos estudos.

Entretanto, embora represente um importante mecanismo de permanência, sua efetividade encontra limites nas características de determinados componentes curriculares. Como o regime não pode ser aplicado a estágios, atividades práticas e disciplinas incompatíveis com exercícios domiciliares, parte das estudantes mães continua enfrentando dificuldades para acompanhar integralmente sua formação acadêmica durante o período de

afastamento. Dessa forma, o RETEF constitui um avanço, mas evidencia que a permanência das mães universitárias depende da articulação com outras políticas institucionais de assistência estudantil e de apoio à parentalidade.

2.2 Dando Voz às estudantes mães

O presente trabalho foi escrito a partir de uma inquietação a partir da minha vivência enquanto estudante mãe que realizou uma pesquisa de iniciação científica, intitulada “Estudantes mães vinculadas à UFOP: elementos para o debate em torno da permanência no ensino superior público”, caracterizada como de abordagem qualitativa e quantitativa, de natureza exploratória e descritiva, tendo como objetivo analisar as condições de acesso e permanência de estudantes mães no ensino superior, com foco na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), portanto os dados agora tornados públicos decorrem desse percurso formativo que articulou a pesquisa de iniciação científica com a elaboração do TCC.

Quanto aos procedimentos metodológicos, adotou-se a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica foi realizada a partir de produções acadêmicas relacionadas às temáticas de gênero, maternidade, educação superior e permanência estudantil, com a finalidade de fundamentar teoricamente o estudo. A pesquisa documental consistiu na análise de documentos institucionais, tais como editais, normativas e políticas de assistência estudantil da UFOP, visando compreender as ações direcionadas às estudantes mães.

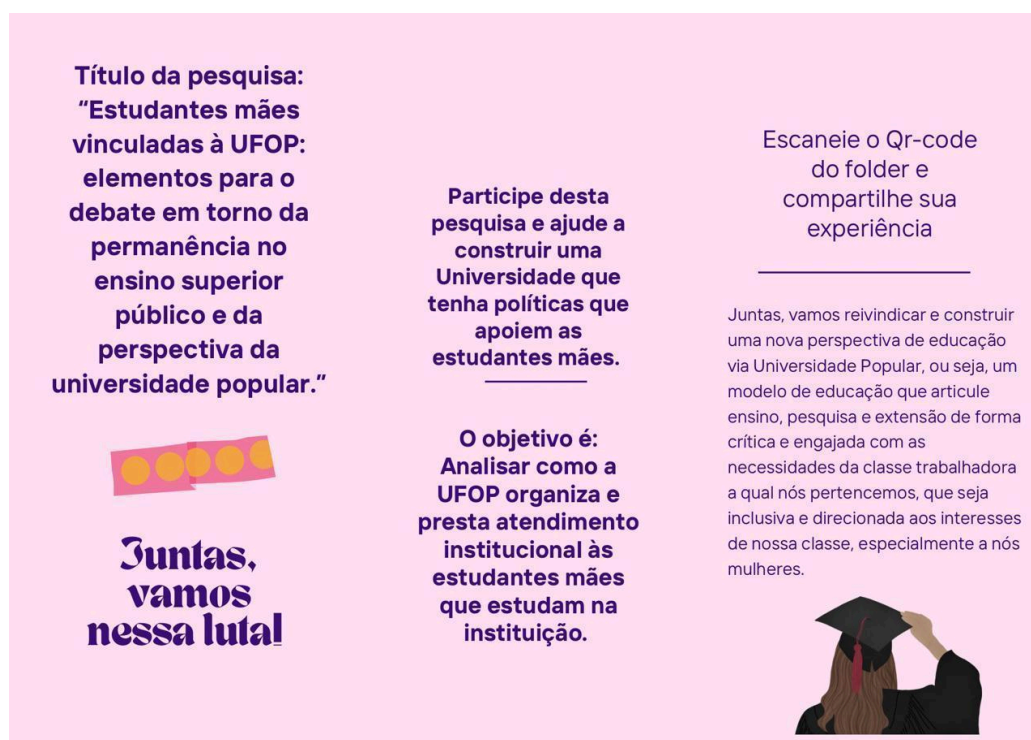
A pesquisa de campo foi desenvolvida por meio da aplicação de um questionário estruturado, composto por questões abertas e fechadas em dois tópicos: 1- Identificação e 2- Vida Acadêmica. O questionário foi disponibilizado em formato digital, a divulgação do formulário foi feita através de um *link* e *Qr-code* que foram divulgados no *site* da “Minha UFOP”, nos perfis do Instagram da Radio UFOP, do projeto MANu, do coletivo Andorinhas, do projeto Wiphala Frente de Trabalho e de alunos da UFOP, colagem de pequenos cartazes nos murais da instituição e panfletagem pela estudante pesquisadora autora deste estudo,



Imagem 1. Cartaz utilizado para divulgação da pesquisa.



Imagem 2. Panfleto de divulgação



Ressalta-se que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de ética em Pesquisa (CEP) da UFOP e conduzida em conformidade com os princípios éticos, assegurando o anonimato das participantes, sendo utilizado as siglas: EMG para estudantes mães da graduação, EMPG para estudantes mães da pós-graduação para somente distinguir o nível da formação acadêmica das participantes. Antes de apresentar os dados da pesquisa, considero pertinente situar brevemente os elementos de minha trajetória pessoal que motivaram a construção deste estudo. A escolha do tema está diretamente relacionada à minha experiência enquanto estudante universitária e mãe durante o processo de formação acadêmica.

Sou Gabriele Neves de Oliveira, tenho 26 anos e sou mãe de Maria Fernanda, atualmente com três anos de idade. Não tenho vínculo empregatício formal, trabalho em três empregos em dias diferentes pensando na conciliação entre maternidade, estudos, casa e trabalho. Ingressei no curso de Serviço Social no período de 2019.2, logo após a conclusão do ensino médio. Durante a graduação, vivenciei inicialmente o período da pandemia de COVID-19 e, posteriormente, o retorno das atividades presenciais, momento em que descobri minha gestação.

Na ocasião, eu trabalhava em uma loja de equipamentos de segurança. Após comunicar à empresa sobre a gravidez, fui colocada diante de duas alternativas: transferir-me para outra cidade, localizada a mais de três horas de Mariana, ou solicitar meu desligamento da empresa. Diante dessa situação, optei por pedir demissão, encerrando o vínculo empregatício sem acesso aos benefícios trabalhistas. Essa experiência evidenciou, de forma concreta, a condição de vulnerabilidade enfrentada por mulheres trabalhadoras durante a gestação.

No âmbito universitário, a experiência da gravidez também foi marcada por dificuldades e, em alguns momentos, pela ausência de compreensão diante das demandas próprias desse período de geração de uma nova vida. A necessidade de reduzir a carga de disciplinas e o distanciamento da turma com a qual iniciei o curso contribuíram para sentimentos de isolamento e de não pertencimento ao espaço acadêmico enquanto estudante gestante.

Além disso, naquele momento, eu desconhecia a existência de políticas institucionais ou programas voltados ao apoio de estudantes mães. Apenas por meio da experiência de uma colega tive conhecimento do programa RETEF, o que possibilitou meu acesso a essa modalidade de acompanhamento nos primeiros meses de vida de minha filha. Embora tenha representado uma alternativa importante para a continuidade dos estudos, esse período também foi marcado por interações acadêmicas limitadas, restritas principalmente à comunicação por e-mail e ao envio de atividades.

Em uma roda de conversa do projeto de extensão Projeto “Discografia Veias Abertas Latino- Americanas: Canções de Resistência!” coordenado pela professora Kathiúça Bertollo, em que levei a minha filha e fui muito bem acolhida, foi a partir desse momento que senti que poderia ser pertencente à Universidade, que a educação transformaria minha realidade e que desistir já não poderia ser uma opção.

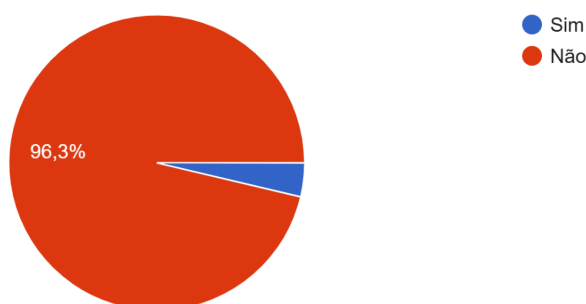
Dessa forma, a vivência pessoal enquanto estudante e mãe evidenciou desafios relacionados à permanência de mulheres no ensino superior durante a maternidade. Essas experiências constituem um dos principais elementos que motivaram a realização desta pesquisa, voltada à reflexão sobre as condições, políticas e estratégias de permanência de estudantes mães no contexto universitário na UFOP.

A análise dos dados, coletados entre setembro de 2025 e fevereiro de 2026, e que contou com a participação de 27 estudantes mães da UFOP, evidencia que a permanência no ensino superior está profundamente condicionada por determinações estruturais relacionadas à classe social, ao gênero e à divisão do trabalho na sociedade capitalista.

De forma geral os resultados indicam que 96%, ou seja, das 27 participantes 26 afirmaram não conseguir se dedicar aos estudos como gostariam, tendo como principais fatores a sobrecarga de tarefas domésticas, o cuidado com os filhos e o cansaço físico e emocional decorrente da dupla ou tripla jornada. Esse dado revela a centralidade da divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres permanecem responsáveis pela reprodução da vida, mesmo quando inseridas em espaços de formação acadêmica.

Gráfico 1 – Dificuldade de conciliação entre maternidade e estudos das estudantes mães da UFOP (2025–2026)

Você consegue se dedicar aos estudos como gostaria?
27 respostas



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do formulário (2026)

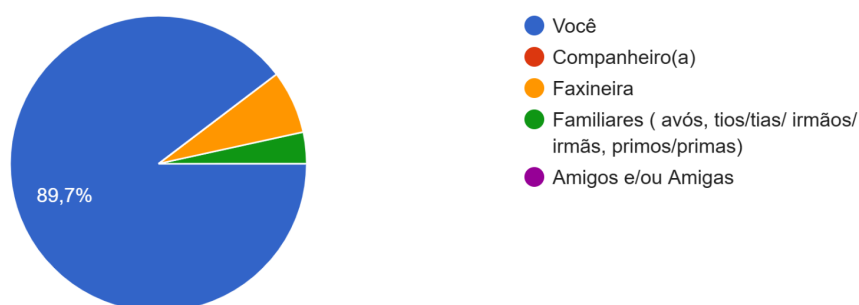
No que se refere à rede de apoio, 74% das estudantes, isto é, 20 mulheres, relatam contar com algum tipo de suporte. No entanto, esse apoio se mostra majoritariamente informal e insuficiente, baseado em relações familiares e afetivas, o que evidencia a transferência da responsabilidade do cuidado do âmbito público para o privado. Embora os municípios de Mariana e Ouro Preto possuam uma rede de educação infantil distribuída entre a sede e alguns distritos, observa-se que a oferta de creches não contempla de maneira uniforme todo o território municipal. Há distritos que contam com unidades de atendimento, enquanto outros dependem do deslocamento para localidades vizinhas, o que representa um

obstáculo adicional para estudantes mães que residem fora da sede do município. Essa desigualdade territorial reforça mais a ausência de políticas institucionais, como creches e espaços de acolhimento infantil, demonstrando a desresponsabilização da universidade frente às condições concretas de permanência dessas estudantes.

Gráfico 2–Responsável pelos cuidados domésticos e

Qual é o principal responsável pelos afazeres domésticos da sua casa?

29 respostas

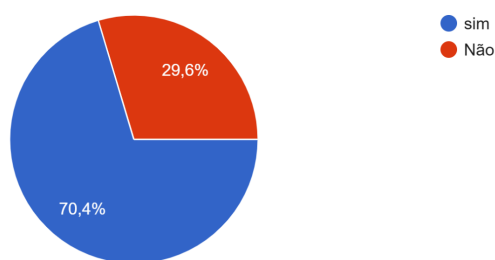


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do formulário (2026)

Conforme demonstrado no gráfico 2, das 27 participantes da pesquisa, 24 afirmaram ser as principais responsáveis pelos cuidados da casa. Apenas duas relataram contar com o trabalho de uma faxineira e uma informou que essa responsabilidade é assumida por um familiar. Esses dados evidenciam que o trabalho doméstico e de cuidado permanece concentrado sobre as mulheres, mesmo quando elas conciliam a maternidade com a formação universitária. Essa realidade reafirma a permanência da divisão sexual do trabalho e dialoga com as contribuições do feminismo marxista, que compreende o trabalho de reprodução social como essencial para a manutenção da vida, embora invisibilizado e desvalorizado. A sobrecarga das estudantes mães não decorre apenas das exigências acadêmicas, mas também da responsabilidade quase exclusiva de uma jornada diária de atividades domésticas e pelos cuidados com os familiares.

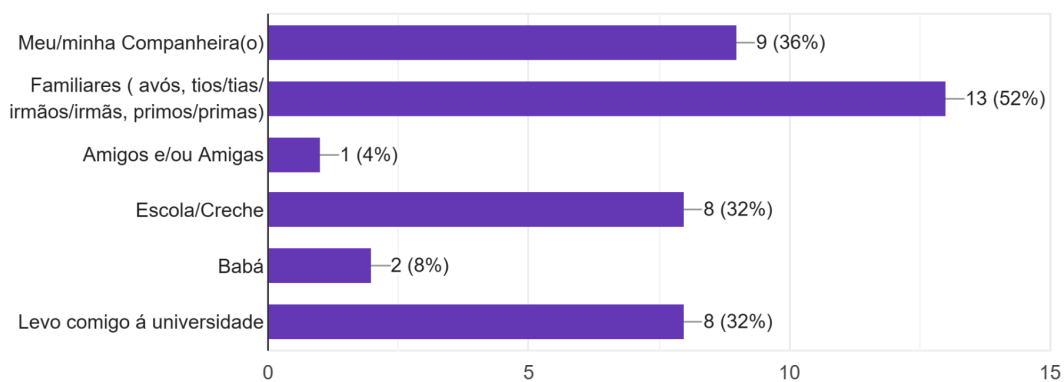
Gráfico 3 – Existência e tipo de rede de apoio

Você conta com rede de apoio no município onde estuda?
27 respostas



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do formulário (2026)

Quem fica com sua/s criança(s) e/ou adolescente(s) quando você está na universidade?
25 respostas



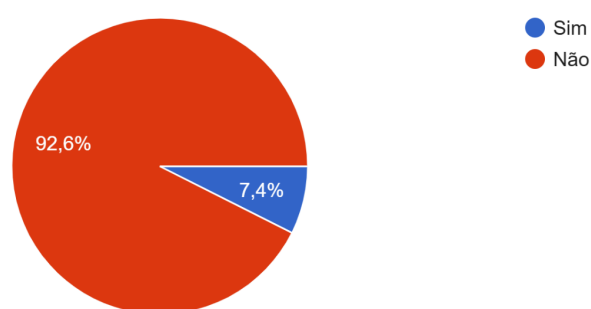
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do formulário (2026)

A análise também revela o baixo acesso e conhecimento sobre políticas institucionais. Embora 96% considerem fundamental a existência de políticas de permanência para estudantes mães, 89% afirmam não ter recebido qualquer informação sobre essas iniciativas ao ingressarem na universidade. Esse dado evidencia não apenas falhas institucionais, mas também a marginalização da pauta da maternidade no interior da universidade. Das 25 respostas recebidas sobre o conhecimento de alguma política, projeto ou coletivo que tem como pauta na UFOP a realidade universitária das estudantes mães, apenas 5 disseram ter conhecimento mencionando somente o projeto ManU e a bolsa maternidade.

Gráfico 4 – Acesso e conhecimento sobre políticas institucionais

Quando entrou na UFOP você teve informações sobre políticas que pudessem abranger a maternidade?

27 respostas



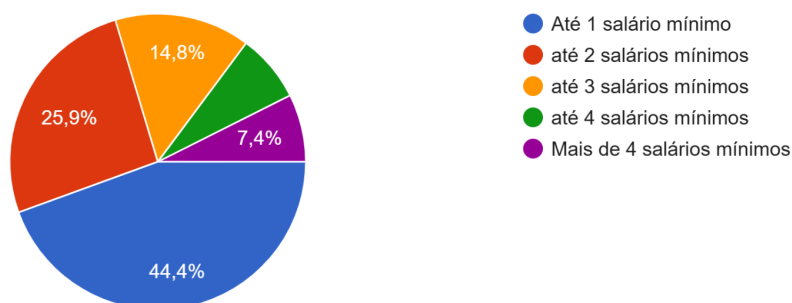
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do formulário (2026)

Do ponto de vista socioeconômico, observa-se que a maioria das participantes se encontra em situação de vulnerabilidade, com renda familiar de até dois salários-mínimos, baixa inserção no mercado de trabalho formal e elevada responsabilidade pelos afazeres domésticos (78%). Esses elementos evidenciam que a permanência no ensino superior ocorre em condições materiais adversas, sendo atravessada pela desigualdade de classe.

Gráfico 5 – Renda familiar e situação de trabalho

Qual sua renda familiar?

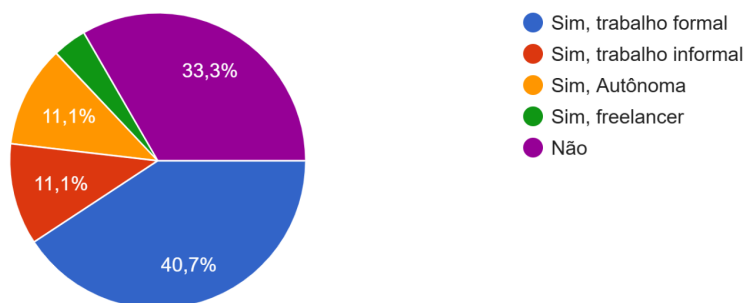
27 respostas



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do formulário (2026)

Você trabalha?

27 respostas



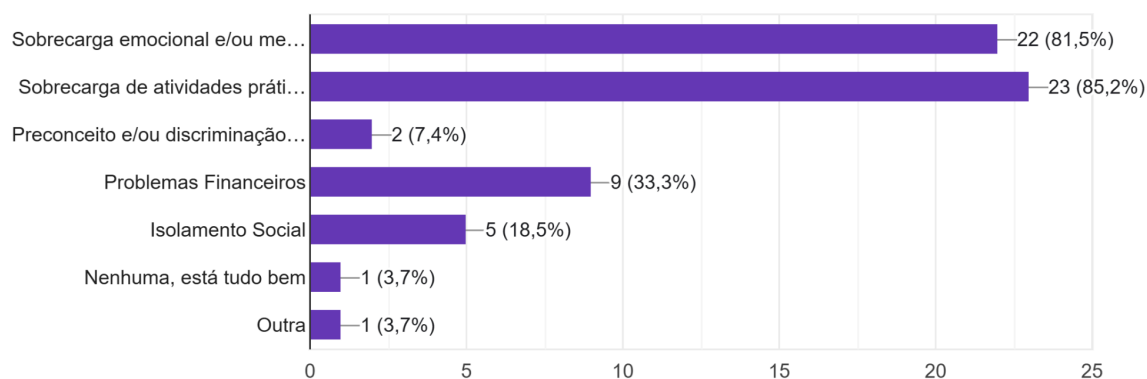
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do formulário (2026)

Os impactos na saúde mental também se mostram significativos, com 85% das estudantes relatando sobrecarga emocional e 70% sobrecarga nas atividades cotidianas. Tais dados devem ser compreendidos não como questões individuais, mas como expressão das condições objetivas de vida dessas mulheres, marcadas pela intensificação da exploração e pela ausência de suporte institucional.

Gráfico 6 – Impactos emocionais e sobrecarga

Considerando sua saúde mental, quais as alternativas abaixo mais se adequam a sua realidade atual?

27 respostas



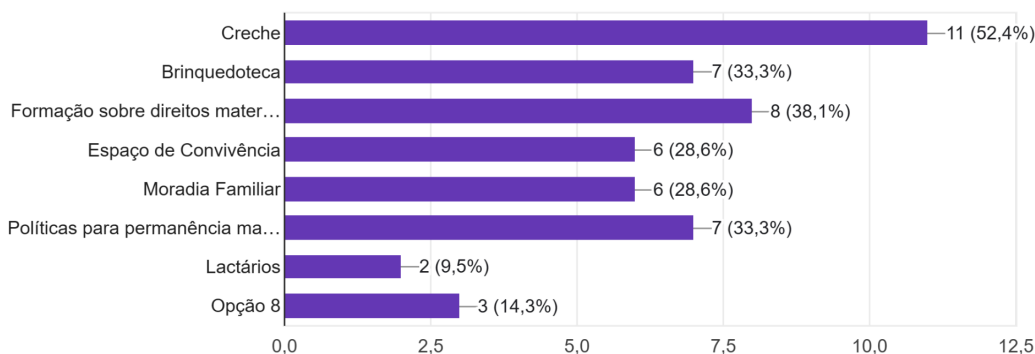
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do formulário (2026)

Outro aspecto relevante diz respeito à precariedade da infraestrutura universitária. A ausência de fraldários em todos os banheiros, espaços infantis e condições adequadas de permanência evidencia que a universidade não está estruturada para acolher estudantes com filhos. Cerca de 40% das participantes relataram já ter levado seus filhos para as aulas por falta de alternativas, vivenciando situações de constrangimento e desgaste, e a demanda por creche aparece destacadamente como a principal questão sinalizada pelas estudantes mães.

Gráfico 7– Uso De Espaços Universitários Com Filhos

Quais ações você entende que contribuiriam com sua trajetória acadêmica enquanto estudante mãe da UFOP?

21 respostas



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do formulário (2026)

Além disso, foram identificados relatos de discriminação e falta de compreensão por parte de docentes, indicando a presença de violências simbólicas que deslegitimam a presença dessas mães no ambiente acadêmico. Tais práticas reforçam a ideia de que a universidade permanece organizada a partir de um sujeito universal que desconsidera as especificidades das mulheres, especialmente das mães trabalhadoras.

A análise do perfil das respondentes também revela a interseção entre gênero, classe e raça, com predominância de mulheres negras e pardas. Nesse sentido, a permanência dessas estudantes não pode ser compreendida sem considerar as múltiplas determinações que atravessam suas trajetórias. No total de respondentes: 9 se declararam brancas, 7 negras, 11 pardas. 23 alunas da graduação, 2 do mestrado e 2 do Doutorado.

Em relação ao estado civil, a maioria das respondentes declarou ser casada 13, seguida por solteiras 11, em união estável 2, divorciadas ou separadas 1. Apesar de uma parcela significativa possuir companheiro, outros dados da pesquisa demonstram que a responsabilidade pelos cuidados domésticos permanece concentrada nas mulheres, indicando que a presença de um parceiro não implica, necessariamente, uma divisão igualitária das tarefas de cuidado.

Quanto ao número de filhos, a maior parte das participantes (17 estudantes) é responsável por uma criança ou adolescente, enquanto nove possuem dois filhos, uma possui três filhos e uma declarou ser responsável por quatro filhos. Esse dado evidencia que, mesmo com apenas um filho, as estudantes já enfrentam importantes desafios para conciliar maternidade, estudos e, em muitos casos, trabalho remunerado.

A pesquisa também revelou que 12 participantes se identificaram como mães solo, enquanto 17 afirmaram não estar nessa condição. Ainda que as mães solo representem um grupo numericamente menor, sua realidade demanda atenção especial, considerando que acumulam, de forma mais intensa, as responsabilidades relacionadas ao sustento financeiro e aos cuidados cotidianos dos filhos.

No aspecto econômico, os dados indicam um perfil de vulnerabilidade socioeconômica. Doze estudantes informaram possuir renda familiar de até um salário-mínimo, enquanto sete declararam renda de até dois salários-mínimos. Apenas uma pequena parcela afirmou possuir renda superior a quatro salários-mínimos. Esses resultados reforçam a importância das políticas de assistência estudantil para garantir condições mínimas de permanência na universidade.

Em relação ao trabalho, observa-se que a maioria das participantes exerce alguma atividade remunerada. Doze estudantes possuem trabalho formal, enquanto outras desenvolvem atividades como trabalho autônomo, informal ou *freelancer*. Apenas nove participantes declararam não exercer atividade remunerada. Demonstrando que as estudantes também precisam conciliar jornadas de trabalho para garantir a manutenção da família.

Dessa forma, os resultados apontaram que as dificuldades enfrentadas pelas estudantes mães não são circunstanciais, mas estruturais, expressando as contradições do modo de produção capitalista, que se sustenta na exploração da força de trabalho e na desvalorização da mulher que hegemonicamente é remetida à esfera do cuidado e da reprodução social. Assim, a universidade, ao não garantir condições materiais efetivas de permanência, contribui para a reprodução dessas desigualdades. É notório que a falta de divulgação das políticas de assistência estudantil e dos projetos acarreta uma maior dificuldade de pertencimento à universidade por essas mães.

É relevante reconhecer que passos têm sido dados pela UFOP, acerca da saúde mental, no geral é ofertado atendimento psicológico, com consultas, acolhimento e avaliação dos

estudantes a partir de um agendamento prévio feito via e-mail que varia de acordo com o Campus em que o curso está localizado, mas que pode ser encontrado facilmente no *site* da UFOP.

As participantes apresentam demandas como criação de creches, ampliação de auxílios financeiros, formação docente, políticas para mães atípicas, moradia estudantil para as mães e seus filhos como na UFSCar e o fortalecimento das políticas institucionais evidenciando a necessidade de respostas estruturais urgentes que ultrapassem ações pontuais.

Nesse sentido, a permanência das estudantes mães exige não apenas políticas institucionais mais robustas, mas também a construção de um projeto de educação comprometido com a transformação social e com as necessidades dessas mães pertencentes a classe trabalhadora.

2.3 A realidade da UFOP em diálogo com as proposições do Grupo de Trabalho Permanência Materna do MEC

Os desafios identificados pelas vivências das estudantes mães da UFOP não constitui uma realidade isolada, também aparecem no âmbito nacional e vêm sendo discutidos pelo Ministério da Educação (MEC), por meio do Relatório do Grupo de Trabalho Permanência Materna. O documento representa um importante marco na construção de políticas públicas voltadas a maternidade, reconhecendo um fator de desigualdade na permanência das mulheres no ensino superior e ao propor diretrizes para que as instituições de ensino promovam condições mais equitativas de acesso e permanência.

O Grupo de Trabalho apresenta algumas recomendações a serem feitas destacando a necessidade de as universidades de formularem e desenvolverem políticas estudantis voltadas às estudantes mães, contemplando desde auxílios financeiros até adaptações na infraestrutura física dos *campi*. Dentre outras medidas mencionadas, o documento propõe a implantação de espaços de amamentação, brinquedotecas permanentes, banheiros com fraldários, restaurantes universitários adaptados às necessidades das crianças, moradias estudantis familiares e mecanismos institucionais de identificação das estudantes que possuem filhos.

Ao analisar a realidade da UFOP, observa-se que algumas dessas recomendações já são realidade da instituição. A criação do Programa de Apoio à Maternidade e Universidade (ManU), da Bolsa Maternidade, do Coletivo Andorinhas e, mais recentemente, do Espaço

Cuidar, evidencia um movimento institucional de reconhecimento das demandas das estudantes mães. Essas iniciativas representam importantes conquistas construídas, sobretudo, a partir da mobilização das próprias mulheres dentro da universidade.

Entretanto, a pesquisa também demonstra que ainda existem desafios importantes para que essas políticas se consolidem de forma efetiva. As estudantes participantes relataram dificuldades relacionadas à conciliação entre maternidade e vida acadêmica, a ausência de uma infraestrutura adequada para acolher crianças nos diferentes espaços da universidade e a necessidade de ampliação das políticas de permanência.

Um exemplo refere-se aos Restaurantes Universitários. O relatório do MEC recomenda que esses espaços contemplem cadeiras infantis, utensílios apropriados e condições adequadas para alimentação das crianças. Na UFOP, embora exista a possibilidade de cadastramento dos filhos das estudantes para acesso ao restaurante, observam-se limitações relacionadas à ausência de cadeiras para crianças pequenas e à necessidade de compartilhamento da bandeja com a mãe ou pagamento de refeição quando a criança utiliza uma bandeja própria.

Outra recomendação do Grupo de Trabalho refere-se à criação de espaços destinados ao cuidado das crianças e ao apoio à amamentação. A implantação do Espaço Cuidar na UFOP representa um avanço nesse sentido. Entretanto, sua implementação ainda enfrenta desafios relacionados à ampliação para todos os *campi*, como a falta de um local, um lugar que seja de fácil acesso, às condições de acesso e à consolidação de seu funcionamento cotidiano.

O relatório também propõe a criação de moradias estudantis familiares como estratégia para garantir a permanência das estudantes mães, situação esta que já é realidade na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Embora a UFOP possua política de moradia estudantil, atualmente não existe modalidade específica destinada às estudantes que possuem filhos, o que evidencia outra lacuna entre as recomendações nacionais e a realidade institucional.

Outro aspecto apontado pelo Grupo de Trabalho diz respeito à necessidade de realização de levantamentos institucionais periódicos capazes de identificar quantas estudantes mães estão matriculadas nas instituições de ensino superior. Durante a realização

desta pesquisa, foi possível perceber a dificuldade de localizar esse público, uma vez que a universidade não dispõe de um levantamento sistemático sobre essas estudantes.

As proposições apresentadas pelo Ministério da Educação evidenciam que a permanência das estudantes mães deve ser compreendida como parte da política de assistência estudantil e do direito à educação. Nesse sentido, observa-se que a UFOP tem avançado na construção de políticas voltadas a esse público; entretanto, os resultados desta pesquisa demonstram que ainda há desafios importantes para que essas iniciativas sejam ampliadas e consolidadas. Mais do que criar programas específicos, torna-se necessário incorporar a maternidade como uma dimensão permanente das políticas institucionais, reconhecendo que garantir a permanência das estudantes mães significa fortalecer o compromisso da universidade pública com a inclusão e a equidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, buscou-se compreender como a maternidade interfere na permanência das estudantes da Universidade Federal de Ouro Preto, analisando tanto as políticas institucionais existentes quanto os desafios vivenciados por essas mulheres no seu cotidiano. Mais do que levantar dados, este trabalho procurou dar visibilidade a uma realidade que, por muito tempo, permaneceu pouco discutida no seio universitário.

Foi possível perceber que, embora o acesso das mulheres ao ensino superior represente uma importante conquista histórica, permanecer na universidade continua sendo um desafio, especialmente para aquelas que vivenciam a maternidade. As dificuldades enfrentadas pelas estudantes mães não se restringem à organização da rotina entre estudos e cuidados com os filhos. Elas expressam desigualdades históricas relacionadas à divisão sexual do trabalho e à responsabilização das mulheres pelo cuidado.

Nesse sentido, a pesquisa evidenciou que políticas de permanência devem ser compreendidas como instrumentos para garantir o direito à educação em condições de maior igualdade. As iniciativas desenvolvidas pela UFOP, como a criação do Programa ManU, da Bolsa Maternidade, do Coletivo Andorinhas e do Espaço Cuidar, representam avanços importantes e demonstram o reconhecimento institucional de demandas que, durante muito

tempo, permaneceram invisibilizadas. Entretanto, a pesquisa também mostrou que essas ações ainda precisam ser ampliadas e fortalecidas para atender às diferentes realidades vivenciadas.

Ao analisar os dados obtidos por meio do formulário, participaram da pesquisa 27 estudantes mães. Embora as respostas tenham possibilitado importantes reflexões, esse número não represente a totalidade das estudantes mães da UFOP. Dessa forma, os resultados aqui apresentados não pretendem representar todas as experiências existentes na universidade, mas constituem um importante recorte por parte dessas estudantes.

Ainda assim, os dados obtidos foram suficientes para evidenciar aspectos que atravessam a vida da maioria das participantes. A sobrecarga com os cuidados da casa e dos filhos, a dificuldade em conciliar as demandas acadêmicas com a maternidade e a necessidade constante de recorrer às redes de apoio reforçam que a permanência universitária das mães depende de muito mais do que esforço individual. Ela exige políticas públicas, infraestrutura adequada e o reconhecimento de que o cuidado também é uma responsabilidade coletiva.

A partir das contribuições do feminismo marxista e da teoria da reprodução social, foi possível compreender que essas dificuldades não são acontecimentos isolados, mas fazem parte da forma como a sociedade organiza o trabalho, atribuindo às mulheres, a responsabilidade pela manutenção da vida. Enquanto o cuidado continuar sendo tratado como uma questão privada, as mulheres seguirão enfrentando obstáculos para acessar e permanecer em espaços como a universidade.

Esta pesquisa não encerra o debate sobre maternidade e permanência universitária. Ao contrário, pretende contribuir para que novas investigações sejam realizadas e, sobretudo, para que a universidade continue avançando na construção de políticas que reconheçam as estudantes mães como sujeitos de direitos. A defesa da educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada passa, necessariamente, pelo compromisso de garantir que a maternidade não seja motivo de exclusão, mas uma dimensão da vida que também deve ser acolhida e considerada.

Por fim, fica a convicção de que garantir a permanência das estudantes mães não é apenas assegurar que elas concluam um curso superior. É reconhecer que a universidade pública deve ser um espaço verdadeiramente democrático, capaz de acolher as diferentes formas de viver, estudar e construir conhecimento. Afinal, nenhuma mulher deveria precisar escolher entre exercer a maternidade e realizar o sonho de concluir sua formação

universitária. Por isso, muito mais do que uma universidade pública tolhida pelos ditames do capital, é urgente e necessária uma universidade efetiva e amplamente popular.

Referências Bibliográficas

DESLANDES, NETO, GOMES, MINAYO, **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, 2002, Editora Vozes. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>. Acesso em 25 de agosto de 2024.

FERNANDES, Cláudio. **Universidades na Idade Média; Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historia/universidades-na-idade-media.htm>. Acesso em 20 de agosto de 2024.

HOELZLE, Lucca, **Filhos e Filhas de mães estudantes da UFOP terão acesso aos Restaurantes Universitários**. Publicado em 25 de abril de 2022, Disponível em: <https://ufop.br/noticias/assistencia-estudantil/filhos-e-filhas-de-maes-estudantes-da-ufop-terao-acesso-aos>. Acesso em 25 de agosto de 2024.

JOSÉ FILHO, M. Pesquisa: contornos no processo educativo. In: Mário José Filho; Osvaldo Dalbério. (Org.). **Desafios da Pesquisa**. 1 ed. Franca: UNESP, p. 63-75. 2006. v. 1.

JÚNIOR, Adilson Aquino Silveira; DO NASCIMENTO, Clara Martins. **A crítica de Florestan Fernandes à reforma universitária e sua atualidade**. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, [S. l.], v. 14, n. 37, 2016. DOI: 10.12957/dep.2016.25398. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/25398>. Acesso em: 10 agosto de 2024.

LUCAS, Cassiano, **UFOP garante bolsa maternidade para mães universitárias**. Publicado em 08 de março de 2023, Disponível em: <https://ufop.br/noticias/assistencia-estudantil/ufop-garante-bolsa-maternidade-para-maes-universitarias>. Acesso em 25 de agosto de 2024.

PENNA, Camélia Vaz, et al. **Maternidade e Universidade: MaNu- Grupo de apoio às mães universitárias da Universidade Federal de Ouro Preto**. III Simpósio Brasileiro sobre Maternidade e Ciência, 2021.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, p.168.

REBELATTO, Francieli, ACOSTA, Luis & PINHEIRO, Milton (ORGs). **A Universidade Popular**. São Paulo-SP. Instituto Caio Prado Jr, 2021.

SERRA, Eduardo. **Considerações quanto à proposta da Universidade Popular e reflexões sobre a atualidade da experiência da gestão do professor Horácio Macedo como Reitor da UFRJ**. 21 de agosto de 2012, Disponível em: <http://ujc.org.br/consideracoes-quanto-a-proposta-da-universidade-popular-e-reflexoes-sobre-a-atualidade-da-experiencia-da-gesao-do-professor-horacio-macedo-como-reitor-da-ufjf>. Acesso em 18 de agosto de 2024.

SOUZA, Lígia. **Coletivo Andorinhas realiza chamada para novas integrantes**. Publicado em 26 de junho de 2022, Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1gqAIMUPCiBKXveXEXwzaXasGtxaukSzP/view>. Acesso em 18 de agosto de 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Sistema de Bibliotecas e Informação. **Guia para normalização de trabalhos acadêmicos**. 3. ed. Ouro Preto, 2023. Disponível em: <http://www.sisbin.ufop.br/servicos/normalizacao>. Acesso em 22 de novembro de 2024

REGINA, Barbosa. **UFOP inaugura Espaço Cuidar para acolhimento, amamentação e brinquedoteca**. Publicado em 28 de novembro de 2025, Disponível em: <https://ufop.br/noticias/saude-e-bem-estar/ufop-inaugura-espaco-cuidar-para-acolhimento-amamentacao-e-brinquedoteca#:~:text=%22Esse%20projeto%20%C3%A9%20muito%20importante,conserva%C3%A7%C3%A3o%20tamb%C3%A9m%20podem%20ser%20doados>.

BERTOLLO, Kathiúça. **Classes e movimentos sociais: reflexões a partir do contexto da mineração extrativista e da formação em Serviço Social na UFOP**. In. *Questão social, mineração e serviço social: reflexões a partir da Região dos Inconfidentes*. Ouro Preto: UFOP, 2019.

BRASIL. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira**. *SciELO Brasil*. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 1 jun. 2026.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Infográfico: Trabalho doméstico no Brasil – abril de 2025**. São Paulo: DIEESE, 2025. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. **Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213compilado.htm?utm_source=chatgpt.com . Acesso em: 10 jun. 2026

G1. **O que faz o Brasil ter a maior população de domésticas do mundo**. Economia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

MANZANO, Sofia. **Quem é a classe trabalhadora brasileira?** Boitempo Blog, 3 dez. 2019. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2019/12/03/quem-e-a-classe-trabalhadora-brasileira/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

PRATA. **Vidas Entregues**. YouTube, 2019. Disponível em: <https://youtu.be/cT5iAJZ853c>. Acesso em: 10 jun. 2026.

ARRUZZA, Cinzia. **Funcionalista, determinista e reducionista: o feminismo da reprodução social e seus críticos**. *Cadernos Cemarx*. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cemarx/article/view/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP). **Regimento Interno das Andorinhas – Rede de Mulheres da UFOP**. Ouro Preto: UFOP, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP). **Pesquisa do Coletivo Andorinhas reúne dados sociodemográficos na UFOP**. Disponível em: <https://ufop.br/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP). **Resolução CUNI nº 2.577, de 28 de setembro de 2022. Institui o Programa de Apoio à Maternidade e Universidade (ManU)**. Ouro Preto: UFOP, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP). **Programa de Apoio à Maternidade e Universidade (ManU)**. Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis. Disponível em: <https://prace.ufop.br/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP). **Edital da Bolsa Maternidade (SEI/UFOP nº 0974559)**. Ouro Preto: UFOP. Disponível em: <https://sei.ufop.br/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP). **Programa de Acompanhamento Acadêmico – Caminhar**. Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis. Disponível em: <https://prace.ufop.br/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP). **ManU – Maternidade e Universidade**. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP). **Procedimentos para cadastro dos filhos da comunidade acadêmica para acesso aos Restaurantes Universitários.** Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis. Disponível em: <https://prace.ufop.br/>. Acesso em: 10 jun. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP). **Resolução CONGRAD nº 250, de 2025.** Regulamenta o Regime Especial de Trabalho Escolar e Frequência (RETEF). Ouro Preto: UFOP, 2025.

SOUZA, Ana Karen; PAULA, Helga M. Martins de; NUNES, Paula Ivna; RODRIGUES, Marianna; ROCHA, Qelli. O movimento por uma universidade popular na perspectiva do feminismo classista. In: REBELATTO, Francieli; ACOSTA, Luis; PINHEIRO, Milton (org.). *A universidade popular*. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2021. p. 93-121.

FERNANDES, Florestan. **Universidade e desenvolvimento.** In: FERNANDES, Florestan. *A universidade brasileira: reforma ou revolução?* 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1979. cap. 4, p. 95-128.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas*. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **História da UFOP.** Ouro Preto: UFOP, 2026. Disponível em: <https://www.ufop.br/historia-da-ufop>. Acesso em: 7 fev. 2026.

MARCOS, Daniel. **Mães universitárias realizam ato em Mariana por condições dignas de permanência na UFOP.** *Jornal Fonte Zero Ouro Preto*, Ouro Preto, 1 jun. 2025. Disponível em: <https://www.jornalfontezeroop.com/post/m%C3%A3es-universit%C3%A1rias-realizam-a-to-em-mariana-por-condi%C3%A7%C3%B5es-dignas-de-perman%C3%Aancia-na-ufop>. Acesso em: 8 jun. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **Programa de Acompanhamento Acadêmico**. Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE). Ouro Preto: UFOP,[s.d.].Disponível em: <https://prace.ufop.br/assistencia-estudantil/orientacao-estudantil/programa-de-acompanhamento-academico>. Acesso em: 8 mar. 2026.

ESCOLAS.COM.BR. **Creches municipais em Mariana, MG**. [s.l.]: Escolas.com.br, [s.d.]. Disponível em: <https://escolas.com.br/creches-municipais/mg/mariana>. Acesso em: 8 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Relatório do Grupo de Trabalho Permanência Materna: proposições para a construção da Política Nacional de Permanência Materna no Ensino Superior Brasileiro. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2025.

ABREU, Kamila Eulálio; MOURA, Ivana de Oliveira Eugênio de Souza (org). **Atlas da permanência materna no ensino superior federal brasileiro: um levantamento nacional sobre políticas institucionais para estudantes mães** [livro eletrônico]. Rio de Janeiro: Ed das Autoras, 2026 (Atlas da Permanência Materna no Ensino Superior, v.1).

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Portaria CAPES nº 129, de 25 de março de 2026. Institui o Programa Aurora. Brasília, DF: CAPES, 2026. Disponível em: https://cad.capes.gov.br/?utm_source=chatgpt.com . Acesso em: 20 jul. 2026.